

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE EDUCAÇÃO FÍSICA E DESPORTOS
BACHARELADO EM EDUCAÇÃO FÍSICA

LAIS TRISTÃO CARDOSO
PAULO SERGIO PEREIRA

**ATIVIDADE FÍSICA ADAPTADA, QUALIDADE DE VIDA E SAÚDE MENTAL:
UMA ANÁLISE DA PRODUÇÃO BIBLIOGRÁFICA DE 2011-2022**

VITÓRIA
2023

LAIS TRISTÃO CARDOSO
PAULO SERGIO PEREIRA

**ATIVIDADE FÍSICA ADAPTADA, QUALIDADE DE VIDA E SAÚDE MENTAL:
UMA ANÁLISE DA PRODUÇÃO BIBLIOGRÁFICA DE 2011-2022**

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) apresentado ao curso de Bacharelado em Educação Física, do Centro de Educação Física e Desportos (CEFD), como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel em Educação Física.

Orientadora: Prof.^a Dra. Maria das Graças Carvalho Silva de Sá

Coorientadora: Ma. Daniela Lima Bonfat

VITÓRIA
2023

LAIS TRISTÃO CARDOSO
PAULO SERGIO PEREIRA

ATIVIDADE FÍSICA ADAPTADA, QUALIDADE DE VIDA E SAÚDE
MENTAL: UMA ANÁLISE DA PRODUÇÃO BIBLIOGRÁFICA DE 2011-2022

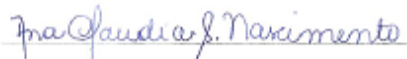
Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) apresentado ao Curso de Bacharelado em Educação Física, do Centro de Educação Física e Desportos (CEFD), como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel em Educação Física.

Aprovado em 07 de fevereiro de 2023.

COMISSÃO EXAMINADORA


Prof.ª Dra. Maria das Graças Carvalho Silva de Sá
Universidade Federal do Espírito Santo
Orientadora


Prof.ª Ma. Daniela Lima Bonfat
Coorientadora


Prof.ª Dra. Ana Cláudia Silvério Nascimento
Universidade Federal do Espírito Santo


Prof.ª Ma. Flaviane Lopes Siqueira Salles
Universidade Federal do Espírito Santo

RESUMO

A presente pesquisa se constituiu num estudo bibliográfico de caráter quali-quantitativo e exploratório, com o objetivo de identificar e mapear as produções científicas na área da pós-graduação em educação física no repositório do Catálogo de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), no que confere as temáticas de atividade física adaptada, qualidade de vida e saúde mental para pessoas com deficiência, no período de 2011 a 2022, bem como a analisar o perfil destas publicações, no que concerne a predominância de: ano de publicação, região geográfica, instituição, principais autores/as, objetivos, o público-alvo, as metodologias e resultados apresentados nos estudos. Como resultados, podemos destacar os seguintes tópicos: 1) Ha uma predominância de publicações nos primeiros 5 anos no recorte temporal analisado, isto é, entre os anos de 2013 à 2015; 2) Essa predominância também se mantém quando verificamos a região Sudeste como a única região que produziu estudos sobre a área pesquisada; 3) A Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) obteve destaque por ser a instituição com maior número de publicações sobre o tema, podendo ser justificado pelos diversos laboratórios e grupos de pesquisa que investigam sobre as temáticas pessoas com deficiência e qualidade de vida; 4) A deficiência visual obteve maior destaque em relação ao público-alvo dos estudos selecionados; 5) O foco central dos estudos versaram sobre a a qualidade de vida e a inserção dessas pessoas na sociedade; 6) A abordagem qualitativa foi a metodologia mais utilizada nas pesquisas; 7) Quanto aos principais resultados encontrados, percebemos que a qualidade de vida no lazer é o mais predominante, seguido por trabalhos voltados para a área da atividade física e trabalhos que relatam carência de estudos de qualidade para embasamento teórico. Concluímos assim que estudos de caráter mais experimentais, com foco nas análises sobre a relação entre as atividades físicas adaptadas, qualidade de vida e saúde mental para pessoas com deficiência precisam serem produzidos.

Palavras-chave: Atividade Física Adaptada; Qualidade de vida; Saúde Mental; Deficiência.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Caminho percorrido no levantamento de teses e dissertações da Capes	18
--	----

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 — Estudos selecionados no Catálogo de Teses e Dissertações da Capes	19
--	----

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Quantidade de publicações por ano.....	24
Gráfico 2 – Quantidade de publicações por região.....	28
Gráfico 3 – Quantidade de produções por instituição	31
Gráfico 4 – Público-alvo.....	34
Gráfico 5 - Objetivos	35
Gráfico 6 - Metodologias.....	36
Gráfico 7 - Resultados	40

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

EF	Educação Física
AFA	Atividade Física Adaptada
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	9
2 METODOLOGIA.....	15
2.1 CAMINHO PERCORRIDO NO PORTAL CAPES	16
3 RESULTADOS E ANÁLISE DOS DADOS	23
3.1 ANO DE PUBLICAÇÃO.....	23
3.2 REGIÃO GEOGRÁFICA	28
3.3 INSTITUIÇÃO E PRINCIPAIS AUTORES/AS	30
3.4 PÚBLICO-ALVO E OBJETIVOS	33
3.5 EM RELAÇÃO ÀS METODOLOGIAS ENCONTRADAS.....	36
3.6 RESULTADOS APRESENTADOS NOS ESTUDOS	39
4 CONCLUSÃO.....	43
REFERÊNCIAS	46

1 INTRODUÇÃO

Nosso interesse pela temática da Educação Física (EF), em especial, no âmbito da Atividade Física Adaptada (AFA), tem início, especialmente, com o nosso ingresso no Estágio Supervisionado em Educação Física e Saúde, oferecido no curso de Bacharelado em EF, pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), durante o ano de 2020.

Essa experiência nos aproximou da área, onde, estivemos imersos por 6 meses nas atividades desenvolvidas no projeto “Prática pedagógica de Educação Física Adaptada para pessoas com deficiência” do Laboratório de Educação Física Adaptada (LAEFA), que em virtude do contexto pandêmico gerado pelo novo Coronavírus (COVID-19), foi realizado de forma remota, via plataforma Zoom. O público-alvo do projeto são jovens, adultos e idosos com deficiência intelectual, transtorno global do desenvolvimento, baixa visão e cegueira, e tem como objetivo, contribuir “[...] para o desenvolvimento do público atendido, no que tange a aspectos interacionais, ao desenvolvimento de sua autonomia e qualidade de vida, em um espaço no qual estes indivíduos passam a reconhecer-se como parte da sociedade” (BONFAT, 2022, p. 80).

Durante esse tempo, tivemos a oportunidade de acompanharmos, planejarmos e intervimos nas aulas em conjunto com a equipe do LAEFA, as quais, eram voltadas para a oferta de atividades físicas, tais como: yoga, meditação, ginástica funcional etc., destinadas ao público-alvo do laboratório, o que contribuiu, de forma decisiva, para despertar a nossa atenção sobre o tema.

Cabe destacar que no decorrer das intervenções realizadas nos sentimos instigados com a maneira como as atividades oferecidas influenciavam positivamente na qualidade de vida dos indivíduos. Após esse contato inicial, decidimos por adotar o assunto como tema de pesquisa acadêmica. Assim, buscamos nos aprofundar e iniciamos buscas em bases teóricas com a intenção de verificar o que as publicações traziam de relevante sobre o tópico.

Chamou-nos a atenção o estudo de Guimarães (2012), que investigou um projeto do Centro de Atenção Psicossocial (CAPS), da qual contava com a presença de um professor de EF como parte da equipe multiprofissional, e tinha enquanto objetivo “[...] discutir e refletir a partir das práticas de intervenção, além das dimensões levadas a efeito junto a estes pacientes através de seus conteúdos” (GUIMARÃES, et al., 2012, p. 256). Os profissionais realizavam discussões e reflexões antes, durante e após as intervenções, nos planejamentos, além da observação sistemática das intervenções e a despeito disso, o autor afirma:

É interessante observarmos também que a prática de atividade física pode ser um coadjuvante na melhoria da qualidade de vida de doentes mentais. Se aplicada de forma a valorizar as diferenças, visando às potencialidades e não às limitações desses indivíduos, ela colabora para a maximização do potencial individual, encoraja a auto-superação e proporciona o ganho de autonomia funcional (GUIMARÃES, et al., 2012, p. 256).

As mudanças nas concepções voltadas para as especificidades dos indivíduos com deficiência estão atreladas às políticas públicas que surgiram objetivando garantir direitos a esses sujeitos. Com isso, direcionamos o debate para o contexto da inclusão das pessoas com deficiência, aqui compreendida enquanto um processo diferenciado da integração, posto que, concordamos com Sasaki (2006) quando ele diz que, na integração social, a sociedade não sofria alterações para que as pessoas com deficiência fossem aceitas, portanto, somente quem conseguia se moldar aos padrões das práticas sociais era aceito. Já na inclusão social, ainda de acordo com o mesmo autor:

Conceitua-se a inclusão social como o processo pelo qual a sociedade se adapta para poder incluir, em seus sistemas sociais gerais, pessoas com necessidades especiais e, simultaneamente, estas se preparam para assumir seus papéis na sociedade. A inclusão social constitui, então, um processo bilateral no qual as pessoas, ainda excluídas, e a sociedade buscam, em parceria, equacionar problemas, decidir sobre soluções e efetivar a equiparação de oportunidades para todos. (SASSAKI, 2006, p. 40).

Considerando a expansão das discussões sobre esta temática a partir da década de 90, em parte por uma série de orientações legais que regem a inclusão de pessoas com deficiência no Brasil e no mundo, destaca-se a Conferência Mundial sobre Educação para Todos de 1990 (UNESCO, 1990). Nesta conferência, o Brasil concordou com o desfecho das discussões e se comprometeu a colaborar para a construção de uma educação para todos.

Posteriormente, essas propostas se consolidariam com a declaração de Salamanca em 1994 (UNESCO, 1994), a qual, foi utilizada como inspiração para a criação da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva de 2008 (BRASIL, 2008) e a Convenção sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência de 2009 (BRASIL, 2009). Essas discussões logo impactaram a vida das pessoas com deficiência e a produção de conhecimento na área, conforme afirma com Lacerda (2018, p. 62): “[...] estes documentos foram altamente relevantes para propiciar às pessoas com deficiência um tratamento mais digno e igualitário com as demais pessoas”.

Essas diretrizes foram criadas para que as pessoas com deficiência tivessem direitos a ampla inserção nas diversas esferas da sociedade. Dessa forma, os pressupostos legais trouxeram impactos na autonomia desses sujeitos. Novamente, recorremos a Lacerda (2018, p. 46) quando o autor ressalta esses desdobramentos que “[...] conferiu às pessoas com deficiência possibilidade de agirem de forma independente e autônoma nos atos da vida civil, ou seja, contemplou o entendimento que as pessoas com deficiência devem ser via de regra consideradas plenamente capazes”.

Considerando a estruturação de políticas com o objetivo de ampliar a participação das pessoas com deficiência nos diversos espaços da sociedade, garantir sua inclusão no âmbito da atividade física, é afirmar que sejam tratados de forma igualitária também nesse aspecto. Logo, concordamos com Labronici et al. (2000) onde conclui que essas atividades auxiliam a inclusão dessas pessoas na sociedade, além de propiciá-las uma vida mais saudável. O mesmo autor ainda pontua que atividade física auxilia na inclusão das pessoas com deficiência, de modo a promover autonomia e proporcionar uma vida mais saudável.

Contribuindo com o debate para esta questão, Oliveira et al. (2011) discorre que a atividade física sempre esteve presente na humanidade, sendo assim, a importância dessa prática ocorrer de forma regular e seus benefícios à saúde é respaldado pelos conhecimentos científicos produzidos.

De acordo com Matsudo et al. (2002), pode-se citar diversos benefícios à saúde advindos da prática de atividades físicas, tanto no aspecto fisiológico como psicológico. No fisiológico pode ocorrer a diminuição da pressão arterial, controle do peso corporal, aumento da força muscular, aumento da resistência física, aumento da mobilidade, entre outras. No psicológico pode ocorrer a redução do estresse, melhora da autoestima e bem-estar, melhora da autonomia, redução do isolamento, mais sociabilidade, entre outros.

Ao constatarmos que as contribuições da atividade física já estavam bem fundamentadas, decidimos verificar os mesmos aspectos inerentes a essas práticas quando adaptadas às pessoas com deficiência. Essa perspectiva nos levou a indagar sobre o impacto da AFA na saúde desses indivíduos conforme Zuchetto e Castro (2002, p. 53) nos apresentam:

[...] a prática de atividades físicas é de fundamental importância. Quando bem orientada, influenciará no desenvolvimento bio-psico-social das pessoas, possibilitando uma melhora na sua qualidade de vida. Para esta população enfatiza-se a prática de atividades que levem em conta a sua capacidade, necessidade e limitações, auxiliando os mesmos no desenvolvimento e aprimoramento de movimentos necessários para a realização de tarefas essenciais no seu cotidiano.

Ao ampliarmos a discussão sobre a AFA seria possível considerarmos a EF como instrumento para melhora da saúde mental e qualidade de vida para pessoas com deficiência, através da atividade física, conforme as contribuições de Veit e Rosa (2015, p. 307) que afirma:

[...] a intervenção da Educação Física não tem a necessidade de ser planejada de forma restrita a buscar apenas treinar ou habilitar esses pacientes, mas abre espaço para um olhar mais atento à sua integralidade, favorecendo a construção de um planejamento que transcenda o físico ou o biológico.

Especificamente ao tratar de AFA destacamos o que Noce, Simim e Mello (2009) apontam sobre a prática regular de atividade física promover nos indivíduos benefícios que vão além das condições físicas, mas estarem voltadas à qualidade de vida, sendo decisivas para a melhora no bem-estar das pessoas com deficiência.

Diante das pontuações já destacadas, buscamos o conceito de Costa e Bittar (2004, p. 19) que conceituam AFA como:

Toda e qualquer atividade que, ao levar em consideração as potencialidades e as limitações físico motoras, sensoriais e mentais dos seus praticantes, propicia aos mesmos efetiva participação nas diversas atividades físicas e, conseqüentemente, possibilita o desenvolvimento de suas competências.

Estudos na área da AFA têm se preocupado com a saúde e a qualidade de vida das pessoas com deficiência, onde, compreendem os proveitos que essa prática traz para quem o faz regularmente, ressaltando os efeitos benéficos relacionados à saúde física e psicológica, na qualidade de vida, na autoimagem e na socialização (NOCE, SIMIM e MELLO, 2009; ZUCHETTO e CASTRO, 2003; MARTINS e RABELO, 2008; WELlichan e SANTOS, 2019).

Samulski e Noce (2000) apontam que muitas pesquisas são realizadas com o objetivo de comprovar os efeitos e benefícios do exercício regular e controlado sobre a saúde do ser humano, sendo comprovados que há uma diminuição na ansiedade, no estresse e depressão, bem como, o aumento do bem-estar físico, psicológico e do humor, apontando também como resultados benéficos da prática na disposição física e mental.

Ainda considerando as contribuições de Samulski e Noce (2000), observamos que eles desenvolveram o questionário “Saúde e qualidade de vida”, para coleta de dados, no Laboratório de Psicologia do Esporte (LAPES). Esse estudo teve como objetivo analisar a importância da atividade física para a saúde e qualidade de vida, no qual foi concluído que a

atividade física pode contribuir para obtenção de melhores condições de saúde psíquica, diminuindo os efeitos do estresse e melhorando a qualidade de vida de quem pratica atividades regularmente.

Novamente de acordo com Samulski e Noce (2000), dentre as razões que motivam a prática de atividades físicas estão os aspectos físicos, psicológicos e sociais que estão ancorados no conceito de saúde. Sendo assim, os respondentes destacam a relação entre saúde e a prática de atividade física visando à importância dos fatores psicológicos e sociais para a aquisição de uma boa saúde.

De acordo com Kodish et al. (2006) apud Seron et al. (2012) a falta de atividade física torna mais propensa a aparição de condições de risco, como o sedentarismo e perda da independência para realizar atividades cotidianas, sendo muitas as causas para que as pessoas com deficiência se inclinam a esses problemas, tais como, a falta de capacitação dos professores e de recursos materiais e espaços nas escolas, dificultando a construção de hábitos às práticas de atividade física. Ainda segundo os autores, a falta de acessibilidade arquitetônica e o desconhecimento dos pais sobre os benefícios da prática, bem como, existência das possibilidades também são fatores contribuintes para a inacessibilidade das pessoas com deficiência às atividades físicas, tornando-as mais sedentárias.

Em consonância com Zuchetto e Castro (2002) que afirmam que pessoas com deficiências tendem ao sedentarismo, por tanto, o suporte familiar e dos amigos se tornam fundamentais para que os mesmos adotem um estilo de vida mais ativo. Novamente como base os dados citados por Zuchetto e Castro (2002), obtidos por meio de entrevistas, constata-se que devido às barreiras de acessibilidade encontradas ao saírem de casa, ou a curiosidade das pessoas pela sua deficiência, preferem não saírem de casa no tempo livre que dispõem, porém, relatam o contrário quanto à atividade física, descrevendo um sentimento de realização pessoal, apontando que não se sentem tristes ou desmotivados durante a prática.

Tomando por base este cenário e, na busca por melhor situar o interesse em relação à produção acadêmica sobre o tema, questionamos: O que vem sendo produzido cientificamente no campo da EF nos últimos 11 anos, tendo como objeto à AFA, em termos qualidade de vida e saúde mental para pessoas com deficiência?

Na busca por responder a tal questão, o estudo em tela teve enquanto objetivo: Identificar e mapear as produções científicas na área da pós-graduação em EF no repositório do Catálogo de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), que têm como objeto a AFA, nos últimos 11 anos, em termos de

contribuições à qualidade de vida e saúde mental para pessoas com deficiência. Especificamente nos propomos a identificar e analisar o perfil destas publicações, no que concerne a predominância de: ano de publicação, região geográfica, instituição, principais autores/as, objetivos, o público-alvo, as metodologias e resultados apresentados nos estudos.

Ao produzir um diálogo entre as produções acadêmicas a partir da revisão de literatura da área, pretende-se que essa pesquisa possa ser capaz de contribuir para um melhor entendimento sobre os benefícios em termos de qualidade de vida e saúde mental através da AFA para as pessoas com deficiência nesse contexto. Aponta-se ainda, a possibilidade desse estudo colaborar com a reestruturação de atividades desenvolvidas na sociedade, a partir de reflexões sobre o objetivo.

2 METODOLOGIA

Buscando alcançar os objetivos traçados para este estudo, procuramos metodologias que pudessem colaborar com essa proposta. Silva (1996, p. 87) indica a complexidade de se realizar pesquisa científica na área da EF, de modo que “[...] ao buscar-se ampliar a compreensão a respeito do campo de conhecimentos denominado Educação Física, torna-se necessário lançar mão de diferentes modalidades de pesquisa”.

No que se refere ao objeto do estudo, se caracteriza por ser exploratório, buscando compreender suas facetas e relações com o contexto que o cerca. A respeito de pesquisas exploratórias, Gil (2007, p. 42) afirma a possibilidade de “[...] maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a constituir hipóteses. Pode-se dizer que estas pesquisas têm como objetivo principal o aprimoramento de ideias ou a descoberta de intuições”.

O presente trabalho caracteriza-se como um estudo qualiquantitativo por considerarmos que essas duas abordagens seriam imprescindíveis, por se complementarem no estudo dos dados obtidos na pesquisa. De acordo com Spratt, Walker e Robison (2004, p. 6) utilizar diferentes abordagens “[...] pode contribuir mutuamente para as potencialidades de cada uma delas, além de suprir as deficiências de cada uma. Isto proporcionaria também respostas mais abrangentes às questões de pesquisa, indo além das limitações de uma única abordagem”.

Dentro dessa perspectiva, esse trabalho utilizou os dados coletados para explorar, descrever e medir as compreensões que permeiam as publicações acadêmicas delimitadas no portal da CAPES. Observando o universo de publicações da área da EF, foi necessária a delimitação de um escopo para essa pesquisa. Por considerarmos que as produções provenientes dos cursos de pós-graduação em EF, em nível mestrado e doutorado, refletem temas relevantes estudados e amplamente discutidos por pares da comunidade acadêmica.

Decidimos então delimitar nossas buscas ao repositório da CAPES, com foco as dissertações e teses disponíveis, pois de acordo com Almeida (2006) essa fundação atua reforçando qualidades que sustentam a consolidação da pós-graduação e para sua validação pública, por atuar em várias perspectivas, variando apoios e programas, em direção ao desenvolvimento no Brasil e as novas demandas decorrentes desse desdobramento. Ainda segundo a autora, o programa “[...] vem desempenhando papel fundamental na expansão e consolidação da pós-graduação *stricto sensu* (mestrado e doutorado) em todos os estados da Federação - conquista importante no campo da Educação brasileira e da Ciência & Tecnologia.” (ALMEIDA, 2006, p. 84).

Quanto aos procedimentos de coleta de dados, foi realizada uma revisão bibliográfica, na qual Silva (2015) afirma ser feita a partir do levantamento referências teóricas que já foram examinadas e publicadas em livros, páginas de web sites e artigos científicos publicados, com o intuito de apresentar e colaborar para análise do pesquisador frente a sua pesquisa, afirma ainda que “[...] a pesquisa bibliográfica é obrigatória em qualquer pesquisa científica, pois reduz a possibilidade do pesquisador trabalhar em vão.” (SILVA, 2015, p. 83).

O estudo de revisão bibliográfica foi realizado a partir de coleta de dados, utilizando os dados obtidos no portal de Teses e Dissertações da CAPES disponíveis em língua portuguesa. Ao se referir aos instrumentos de coleta de dados descrita por Santos (1998, p. 29):

Procedimentos de coleta são os métodos práticos utilizados para juntar as informações, necessárias à construção de raciocínios em torno de um fato/fenômeno/problema. Na verdade, a coleta de dados de cada pesquisa terá peculiaridades adequadas àquilo que se quer descobrir. Mas, é possível apontar alguns procedimentos padrão, comumente utilizados aos quais se fazem às adaptações de espaços/tempo/matéria, necessárias às exigências de cada caso.

Compreendemos ser conveniente delimitar também um período de tempo para focar o presente estudo. Essa decisão está ligada especialmente ao compromisso de dialogar com as produções mais atuais da área da EF. Para tanto decidimos utilizar as publicações disponíveis no repositório da CAPES entre os anos de 2011 e 2022 sobre AFA. Compreendendo que a produção científica é feita pelo acúmulo dos esforços empreendido por muitos pesquisadores. Considerando também, o crescimento do volume de publicações, bem como, os avanços apresentados por estes trabalhos. Segundo Brito, Oliveira e Silva (2021, p. 13) “[...] a pesquisa na área da educação é um campo em aberto que constantemente passa por novas descobertas e formas de encarar as relações sociais que vão se desenvolvendo”.

Para tratamento dos dados levantados pela pesquisa, será utilizado a análise de conteúdo de Bardin (1979), objetivando compreender o material produzido e compor considerações sobre o que foi encontrado de forma sistemática e objetiva. A própria autora definiu a análise de conteúdo como: “[...] uma técnica de investigação que tem por finalidade a descrição objetiva, sistemática e quantitativa do conteúdo manifesto da comunicação” (BARDIN 1979, p. 18).

2.1 O CAMINHO PERCORRIDO NO PORTAL CAPES

A identificação de documentos científicos da CAPES, se deu pela sua disponibilização na plataforma com base na combinação dos descritores: *Educação Física, Atividade Física*

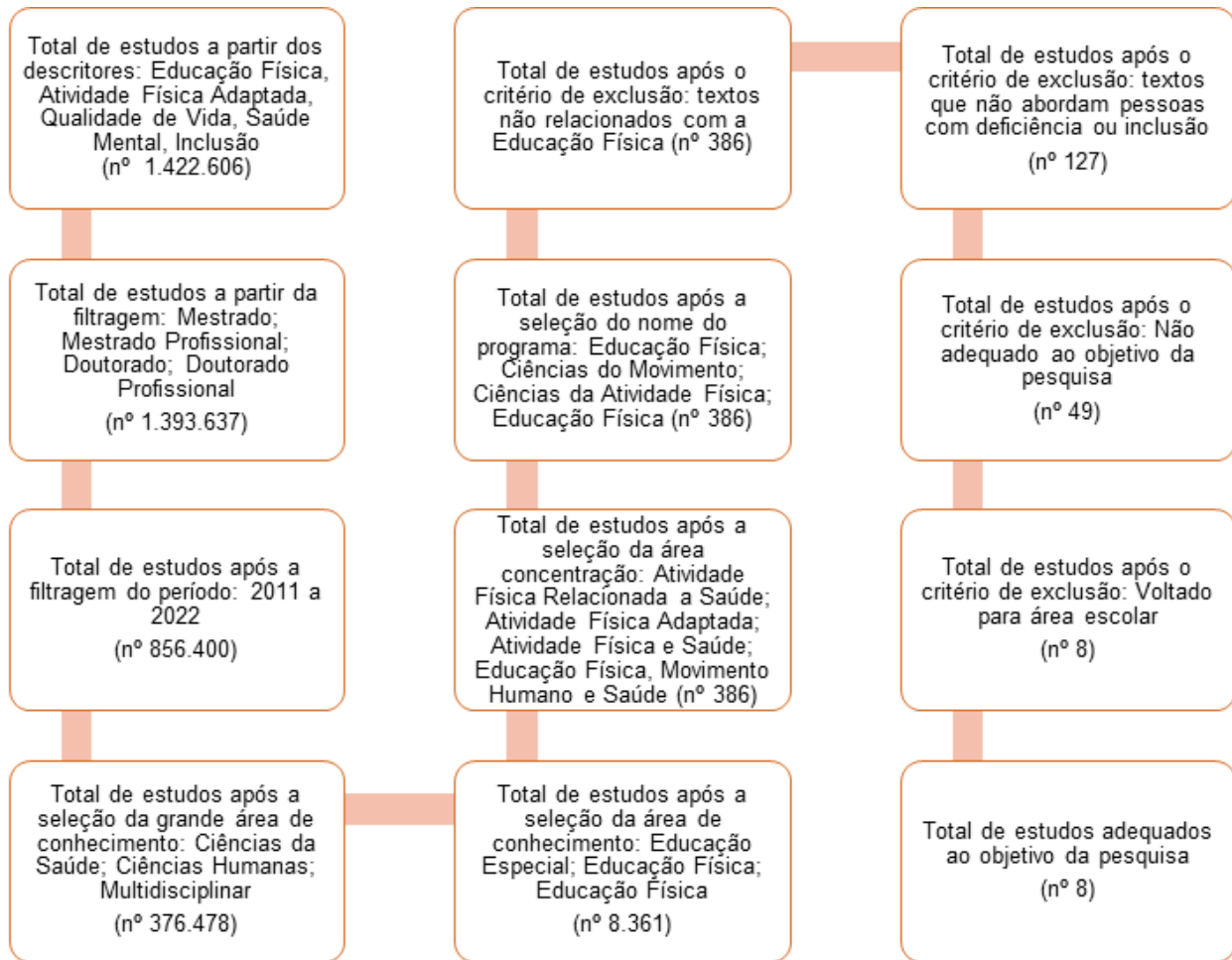
Adaptada, Qualidade de Vida, Saúde Mental e Inclusão, como forma de obtenção de dados. Após a busca utilizando-se dos descritores acima, foram encontrados 1.422.606 resultados. Na sequência, foram selecionadas somente as dissertações e teses, o que resultou em 1.393.637 resultados. Com o recorte temporal de 2011 a 2022, identificamos 856.400 estudos.

Percebemos então que mesmo com essa delimitação, o número de trabalhos ainda se mostrava elevado e não refletia necessariamente a relação com o objeto dessa pesquisa. Então aplicamos os filtros descritos a seguir: foi selecionado a grande área do conhecimento (Ciências da Saúde; Ciências Humanas; Multidisciplinar) resultando em 376.478 textos. Após a área do conhecimento (Educação Especial; Educação Física; Educação Física) reduziu para 8.361. Em área de concentração (Atividade Física Relacionada à Saúde; Atividade Física Adaptada; Atividade Física e Saúde; Educação Física, Movimento Humano e Saúde) totalizando 386 resultados. Após a seleção do nome do programa (Educação Física; Ciências do Movimento; Ciências da Atividade Física; Educação Física) permaneceram 386 estudos.

Após o refinamento utilizando os filtros disponíveis no portal da CAPES, iniciamos a leitura dos resumos dos 386 estudos encontrados onde foram aplicados os seguintes critérios de exclusão: textos não relacionados com a EF: não foram suprimidos nenhum estudo, mantendo os 386 textos. Em seguida, textos que não abordaram sobre pessoas com deficiência ou inclusão, (-259) totalizando 127 estudos.

Na sequência, textos não adequados ao objetivo da pesquisa (-78), resultando em 49 textos. Por fim, excluíram-se os textos voltados para área escolar (-41), totalizando 8 teses e dissertações a serem analisadas. Para uma melhor compreensão do caminho percorrido para seleção dos 8 estudos no portal da CAPES, apresentamos o fluxograma (Figura 1) a fim de elucidar as etapas para seleção dos estudos:

Figura 1 — Caminho percorrido no levantamento de teses e dissertações da Capes.



Fonte: Elaboração dos autores (2022).

Após levantamento dos estudos delimitados pela metodologia adotada no trabalho, considerando os dos critérios de inclusão e exclusão, foram feitas as leituras dos títulos e resumos dos 8 trabalhos selecionados. Na sequência, organizamos um quadro (1) como forma de melhor ilustrar as análises, tomando por base a predominância das seguintes subcategorias: ano de publicação, região geográfica, instituição, principais autores/as, objetivos, o público-alvo, as metodologias e resultados apresentados nos estudos.

Quadro 1 — Estudos selecionados no Catálogo de Teses e Dissertações da Capes

ANO	TIPO	REGIÃO GEOGRÁFICA	AUTOR/A	INSTITUIÇÃO	TÍTULO	PÚBLICO ALVO	OBJETIVO	METODOLOGIA	RESULTADOS/ CONCLUSÃO
2013	Tese	Sudeste	José Roberto Herrera Cantorani	Universidade Estadual de Campinas	Lazer nas atividades de aventura na natureza e qualidade de vida para pessoas com deficiência: um estudo a partir do caso da cidade de Socorro - SP.	Pessoas com deficiência.	Compreender o significado da acessibilidade às atividades de aventura na natureza para a vida das pessoas com deficiência e, em consequência, para a qualidade de vida das mesmas.	O procedimento metodológico adotado é o da análise qualitativa. O delineamento adotado é o da pesquisa exploratória.	A análise valorizará o conjunto dos dados, numa perspectiva integrada, buscando explorar o fenômeno no contexto em que ocorre e do qual é parte.
2013	Tese	Sudeste	Fabiane Frota da Rocha Morgado	Universidade Estadual de Campinas	Escala de Autoaceitação para pessoas com cegueira congênita ou precoce: desenvolvimento e investigação psicométrica.	Pessoas com cegueira congênita ou precoce.	Ampliar as possibilidades de avaliar a autoaceitação em pessoas com cegueira congênita ou precoce, por meio da criação da Escala de Autoaceitação para pessoas com cegueira congênita ou precoce (EAC).	O procedimento metodológico foi qualitativa e descritiva. Foi utilizada a análise fatorial confirmatória como a principal estratégia para a análise dos dados.	Espera-se que a EAC possibilite o desenvolvimento de pesquisas futuras que investiguem a autoaceitação em pessoas que não enxergam desde idades precoces e contribua para a inclusão dessas pessoas nos estudos da área da imagem corporal.

2013	Dissertação	Sudeste	Ricardo Lima Bastos	Universidade Estadual de Campinas	Qualidade de vida para Pessoas com Deficiência. Contribuições para uma abordagem de ginástica laboral.	Pessoas com deficiência, principalmente deficientes visuais, auditivos, portadores de lesões medulares e pessoas com síndrome de Down.	Familiarizar os professores sobre as deficiências e suas particularidades, o ambiente corporativo e a ginástica laboral, assim como, auxiliar professores na criação de aulas voltadas ao público com deficiência.	A metodologia foi realizada em duas etapas, a primeira consiste em uma análise qualitativa, na fase de lançamento das hipóteses e na segunda etapa uma pesquisa bibliográfica, para fundamentar os dados obtidos.	Identificou a falta de artigos para um embasamento teórico satisfatório, porém o que se espera é que seja um bom auxiliador e fomentador aos profissionais da educação física.
2014	Dissertação	Sudeste	Beatriz Dittrich Schmitt	Universidade Federal do Triângulo Mineiro	Ações motoras de crianças com baixa visão durante o brincar: cubos com e sem estímulo visual.	Crianças com baixa visão e visão normal aos três anos de idade.	Identificar e descrever as ações motoras de crianças com baixa visão e visão normal, durante o brincar com cubos de diferentes estímulos e comparar a frequência das ações motoras dessas crianças.	Esta investigação é do tipo transversal, descritiva e exploratória.	A quantidade de ações motoras não influenciou no brincar, pois as crianças fazem ajustes e adaptações de acordo com suas características orgânicas e interesses.

2015	Tese	Sudeste	Otávio Luis Piva da Cunha Furtado	Universidade Estadual de Campinas	Intervenções com atividades físicas para crianças e adolescentes com deficiência visual.	Deficiência visual.	Investigar programas com atividades físicas para crianças e adolescentes com deficiência visual (DV).	Foi realizada uma pesquisa qualitativa e exploram o conteúdo de entrevistas semiestruturadas.	A maioria das intervenções do treinamento com exercícios estruturados produziu efeitos positivos na aptidão física e no desempenho das habilidades motoras de crianças e jovens com DV.
2018	Tese	Sudeste	Keyla Ferrari Lopes	Universidade Estadual de Campinas	A interação corporal entre mães e filhos com deficiência: a dança como mediadora.	Mães e filhos com deficiência físico-motora ou intelectual.	Identificar e analisar as interações corporais e expressivas entre mães e filhos com deficiência, permeadas pela vivência com a expressão corporal e a dança.	O estudo foi caracterizado como pesquisa qualitativa. Foram utilizados procedimentos da análise de conteúdo para a análise do diário de campo e de três etapas de entrevistas aplicadas a dois grupos de mães de filhos com deficiência física, motora ou intelectual.	Foi possível observar que o programa de atividades práticas beneficiou as mães e filhos do grupo 2 nos aspectos relacionados à autoestima, interação corporal, relacionamentos interpessoais, coordenação motora, entre outros. Enquanto as mães e filhos do grupo 1 tiveram o papel de grupo modelo e motivador para a atividade.
2018	Tese	Sudeste	Renata Ferreira dos Santos	Universidade Estadual de Campinas	Dança e sua influência no processo de desenvolvimento da resiliência e superação em pessoas com e sem deficiência.	Pessoas com e sem deficiência.	Analisar se as experiências adquiridas na prática de dança influenciam os processos de enfrentamento de adversidades e metamorfose.	Como método de pesquisa, foram selecionados três tipos de técnicas de coleta de dados: a observação participante, o questionário e a escala de resiliência.	Observa-se que houve influência da dança, enquanto meio de expressão corporal, durante os processos de enfrentamento de adversidades descritos, como também, na transformação da identidade dos bailarinos, aumentando a autoestima e a autoconfiança.

2019	Dissertação	Sudeste	Wanessa Ferreira Machado	Universidade Estadual de Campinas	Proposta de atividade física adaptada para pacientes com AVC no contexto de reabilitação hospitalar.	Indivíduos que sofreram acidente vascular cerebral (AVC).	Propor um programa de atividades físicas adaptadas para pacientes com AVC no contexto de reabilitação hospitalar.	Foi utilizada a abordagem qualitativa.	Trata-se de um estudo de caso de uma rede de hospitais de reabilitação que tem como objetivo proporcionar ao indivíduo independência, através de um modelo de reabilitação semelhante ao que é proposto pela CIF e que tem o professor de Educação Física como membro da equipe interdisciplinar
------	-------------	---------	--------------------------	-----------------------------------	--	---	---	--	--

Fonte: Elaboração dos autores (2022)

3 RESULTADOS E ANÁLISE DOS DADOS

Neste capítulo apresentaremos os resultados e análises dos dados encontrados na pesquisa. Ao longo das análises, pudemos observar que a partir do percurso delineado encontramos predominância de publicações nos primeiros 5 anos no recorte temporal analisado, isto é, entre os anos de 2013 à 2015. Essa predominância também se mantém quando verificamos a região Sudeste como a única região que produziu estudos sobre a área pesquisada, quando comparada às demais regiões.

A Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) obteve destaque por ser a instituição com maior número de publicações sobre o tema 87,5% (7), podendo ser justificado pelos diversos laboratórios e grupos de pesquisa que debatem sobre pessoas com deficiência, bem como a qualidade de vida.

Já quanto ao público-alvo e objetivos, os deficientes visuais obtiveram maior destaque quando comparado às demais especificidades, com 37% (3) dos trabalhos voltados a esse público. Sendo que o intuito das pesquisas foram o debate da inserção dessas pessoas na sociedade, bem como a qualidade de vida. A prática da dança foi predominante em relação às demais vertentes da EF 25% (2), utilizadas como ferramentas para obtenção de dados.

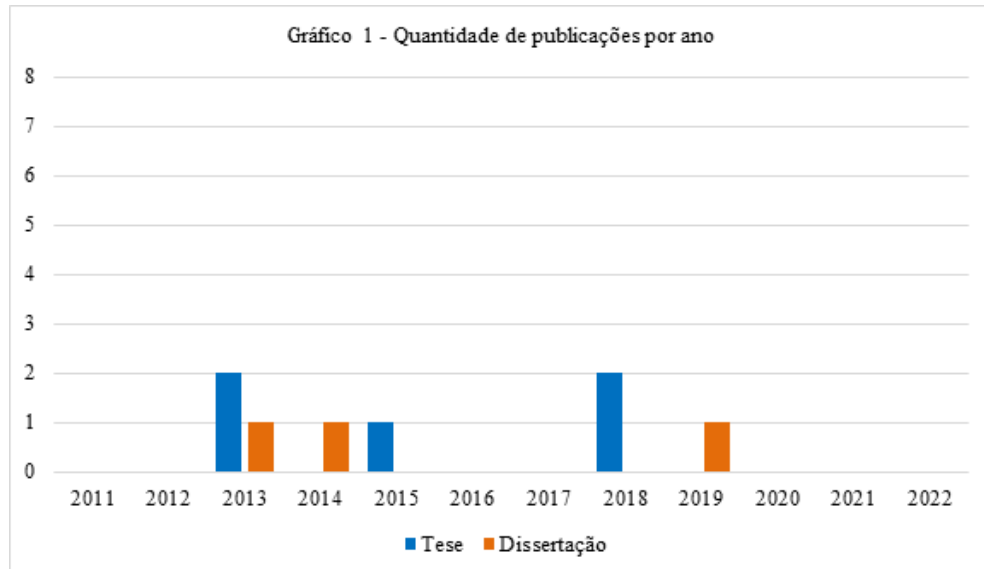
Em relação às metodologias, a abordagem qualitativa foi a mais utilizada nas pesquisas sendo 75% (6), seguido da pesquisa exploratória e descritiva com 12,5% (1), e a pesquisa bibliográfica 12,5% (1). Quanto aos resultados encontrados, percebemos que a qualidade de vida no lazer é o mais predominante, seguido por trabalhos voltados para a área da atividade física e estudos que relatam carência de ensaios de qualidade para embasamento teórico.

Diante disso, organizamos os resultados e as discussões em subtópicos, para apresentarmos mais detalhadamente as discussões que se fazem necessárias para essa pesquisa.

3.1. ANO DE PUBLICAÇÃO

A partir da busca realizada nas bases de dados da CAPES, encontramos 8 produções científicas nacionais acerca da AFA para pessoas com deficiência, qualidade de vida e saúde mental. Nesse momento separamos as publicações encontradas de duas formas: 1) A quantidade de trabalhos encontrados no ano; 2) A quantidade de Teses e Dissertações por ano.

Essa separação nos permite ter melhor visualização dos dados encontrados conforme apresentamos no Gráfico 1 a fim de elucidar a relação da quantidade de publicações encontradas por ano, assinalando a proporção das teses e dissertações.



Fonte: Elaboração dos autores (2022).

Considerando o recorte temporal entre os anos de 2011 e 2022, dentre os trabalhos selecionados, verificamos 3 publicações no ano de 2013, sendo 66,6% (2) teses e 33,3% (1) dissertação, no ano de 2014 constatamos 100% (1) de predomínio de dissertação, se opondo ao ano de 2015 em que observamos 100% (1) de tese, apresentando uma queda de 66,6% (2) sobre o total de produções em relação ao ano de 2013 em relação aos anos de 2014 e 2015.

Em 2018 obteve-se 100% (2) de teses e em 2019 averiguamos 100% (1) de dissertação, sendo que os anos de 2011, 2012, 2016, 2017, 2020, 2021 e 2022 não tiveram publicações sobre o tema proposto por esta pesquisa, tendo 100% (1) de queda. Nos anos de 2013 podemos observar que a quantidade de publicações de tese cresce para 40% (2) publicações, bem como no ano de 2018 também com 40% (2). Quanto a predominância de teses em detrimento das dissertações, podemos concluir que representam um total de 62,5% (5) publicações de teses e 37,5% (3) de dissertações, sendo prioritariamente nos anos de 2013 e 2018.

Ao analisar os textos, encontramos que a discussão sobre a terminologia correta, antes denominada “portador de deficiência”, resultou na luta pelos direitos das pessoas com deficiência enquanto um movimento político e social que buscavam reconhecer essas pessoas como cidadãos. O Decreto nº 6949 de 25 de agosto de 2009, promulga a Convenção sobre os

Direitos das Pessoas com Deficiência e trouxe um novo conceito de pessoa com deficiência, dispondo em seu Art. 5º, a seguinte diretriz:

m) Reconhecendo as valiosas contribuições existentes e potenciais das pessoas com deficiência ao bem-estar comum e à diversidade de suas comunidades, e que a promoção do pleno exercício, pelas pessoas com deficiência, de seus direitos humanos e liberdades fundamentais e de sua plena participação na sociedade resultará no fortalecimento de seu senso de pertencimento à sociedade e no significativo avanço do desenvolvimento humano, social e econômico da sociedade, bem como na erradicação da pobreza. (BRASIL, 2009).

Essa nova terminologia advinda do decreto citado pelos autores (CANTORANI, 2013; SANTOS, 2018 e LOPES, 2018), que influenciou na maneira de reconhecerem as formas de deficiência e seu lugar na sociedade, pode indicar a possibilidade do aumento de publicações encontradas entre os anos de 2013 e 2015, visto que encontramos uma maior concentração de trabalhos 62,5% (5).

Consideramos que o Decreto nº 7.612, de 17 de novembro de 2011 que institui o Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência - Plano Viver sem Limite, também pode indicar a possibilidade desse aumento manter relação com a publicação, uma vez que reconhecem a importância de garantir a participação das pessoas com deficiência na sociedade e o enfrentamento das barreiras que impedem de gozar do pleno direito à igualdade. Assegurando no Art. 3º, inciso III a “[...] ampliação da participação das pessoas com deficiência no mercado de trabalho, mediante sua capacitação e qualificação profissional” (BRASIL, 2011), esses decretos vêm reverberando no interesse em estudar essa temática, visto a conquista do reconhecimento da capacidade legal.

Perpassando os trabalhos selecionados, podemos observar a influência desses decretos nas pesquisas, pois apresentamos estudos em que as pessoas com deficiência estão inseridas no mercado de trabalho (SANTOS, 2015; FURTADO, 2015; BASTOS, 2013; CANTORANI, 2013; MORGADO, 2013), em atividades de lazer (SANTOS, 2015; FURTADO, 2015; BASTOS, 2013; CANTORANI, 2013; LOPES, 2018), em programas com atividades físicas (SANTOS, 2015; FURTADO, 2015; BASTOS, 2013; CANTORANI, 2013; SCHMITT, 2014; MORGADO, 2013; LOPES, 2018; MACHADO, 2019) e outros que abordam a qualidade de vida dessas pessoas (SANTOS, 2015; BASTOS, 2013; CANTORANI, 2013; MORGADO, 2013; LOPES, 2018; MACHADO, 2019). Sendo assim, conseguimos observar que estão exercendo sua capacidade legal. Reafirmando com Bastos (2013, p. 66) que teve como foco do trabalho: “[...] esmiuçar grandes áreas de estudo que entendemos serem fundamentais que o

profissional de educação física conheça para desempenhar um bom trabalho ao lidar com deficientes nas empresas durante os programas de ginástica laboral”.

Durante o governo de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2011) e Dilma Vana Rousseff (2011-2016), a área da educação desenvolveu políticas, marcos legais e programas com o intuito de fomentar a inclusão social e educacional. Já no primeiro ano de governo (2003-2007), foi implementado o Programa Educação Inclusiva: Direito à Diversidade, com o objetivo de incentivar:

[...] a formação de gestores e educadores para efetivar a transformação dos sistemas educacionais em sistemas educacionais inclusivos, tendo como princípio, a garantia do direito dos alunos com necessidades educacionais especiais de acesso e permanência, com qualidade, nas escolas regulares. (BRASIL, 2005, p. 9)

Esse programa gerou implicações em estratégias de multiplicação de conhecimentos sobre educação inclusiva, procurando intensificar o processo de formação do corpo docente, bem como a disponibilização de equipamentos, materiais pedagógicos para o atendimento realizado nas salas de recursos multifuncionais, a fim de favorecer o processo de inclusão dos alunos com deficiência nas escolas da rede pública de ensino.

Em 2004 ocorre a divulgação do documento O Acesso de Alunos com Deficiência às Escolas e Classes Comuns da Rede Regular pelo Ministério Público Federal com o objetivo de garantir o direito de todos à educação, a adotar medidas educacionais que atendam a todos e assegurar os benefícios da interação dos alunos com e sem deficiência no ensino regular (BRASIL, 2004). Já em 2007 A ONU aprovou a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, sendo o Brasil signatário, estabelece que os Estados Parte reconhecem o direito à educação inclusiva em todos os níveis de ensino, reconhece o direito das pessoas com deficiência a igualdade de oportunidade ao trabalho, bem como, dentre outros artigos, afirmam ser direito dessas pessoas a participação cultural e em recreação, lazer e esporte, adotando medidas apropriadas para que garantam:

- a) Incentivar e promover a maior participação possível das pessoas com deficiência nas atividades esportivas comuns em todos os níveis;
- b) Assegurar que as pessoas com deficiência tenham acesso aos serviços prestados por pessoas ou entidades envolvidas na organização de atividades recreativas, turísticas, esportivas e de lazer. (BRASIL, 2007, art. 30).

No período de (2003 a 2016) em que o Brasil foi governado pelo Partido dos Trabalhadores (PT), houve maior investimento nas políticas de inclusão, que vêm ganhando

espaço nas diretrizes educacionais brasileiras, promovendo a inclusão social e educacional. De acordo com Costa (2017 p. 1) “[...] nada teria sido possível sem uma decisão política preliminar: ampliar o investimento em educação. Entre 2002 e 2015, o orçamento do Ministério da Educação foi elevado de R\$ 18,01 bilhões para R\$ 126,14 bilhões (2015)”.

Ferreira e Chaves (2015), afirmam que no ano de 2015, ocorreu o ajuste fiscal que repercutiu na crise econômica brasileira que gerou um declínio no capital financeiro, o que afetou os investimentos públicos e retrocedeu o avanço que estava acontecendo no governo anterior. Esses declínios nas aplicações tiveram repercussões nas produções de pesquisas e o incentivo na pós-graduação, visto que essas produções demandam dos investimentos que advém das políticas econômicas do país, podemos associar esse fato ao declínio de publicações encontradas em nossa pesquisa, visto que nos anos de 2016 e 2017 não foram mapeadas nenhuma publicação.

Repercutindo o cenário encontrado em 2015, podemos alegar que os investimentos quanto ao Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência - Viver sem Limite, criado em 2011, voltado à inclusão e acessibilidade das pessoas com deficiência na sociedade, sofreu uma queda abrupta de investimentos no governo do presidente Michel Miguel Elias Temer (2016-2019). Porém, quando comparado ao mandato de Jair Messias Bolsonaro (2019-2022), empossado em janeiro de 2019, o incentivo passou a se tornar escasso e o que já era restrito na gestão anterior passou a atestar o descaso do governo sobre a inclusão. Afirmado por Borges e Costa (2019 p. 36):

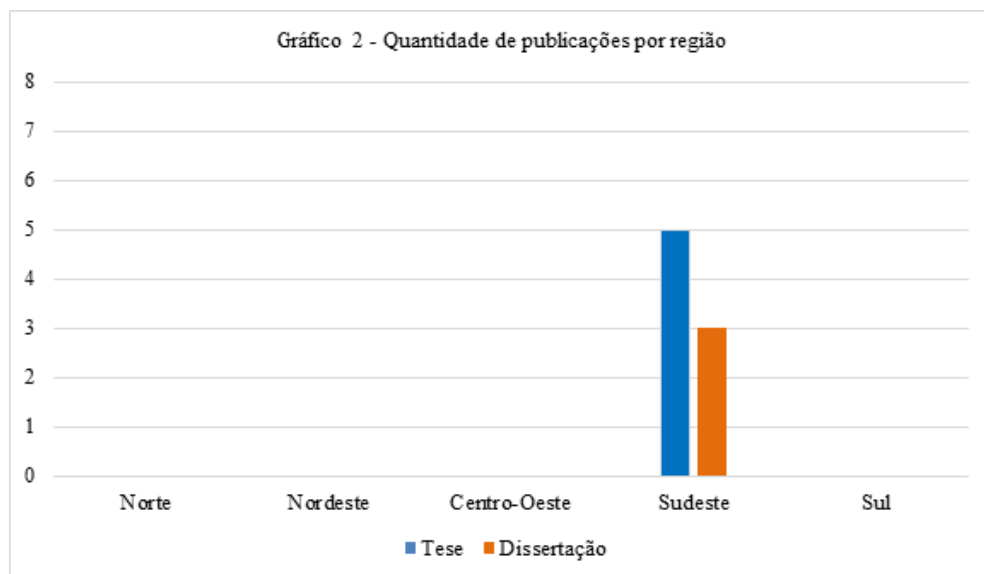
A redução brusca no Programa Viver Sem Limites, cuja profissionalização das pessoas com deficiência era um dos grandes objetivos, demonstra o desinteresse governamental na inclusão nestes últimos 16 meses. O Interesse em inclusão que se iniciou, de forma efetiva, a partir de 2011 com o início do programa, aparentemente não se manteve e os investimentos que já foram escassos no governo de Michel Temer está praticamente sendo extinguido no governo de Jair Bolsonaro, empossado em janeiro de 2019.

A expansão da pós-graduação aconteceu de forma objetiva nos governos de Lula da Silva. Segundo Tavares (2019), ao analisar as informações do Governo Federal (BRASIL, 2019d), constatou que o orçamento destinado à área da educação passou de R\$ 17,4 bilhões em 2003, para R\$ 51 bilhões em 2010. Ainda de acordo com o mesmo autor, verificando o orçamento da CAPES (BRASIL, 2019c) constatou que o mesmo quadruplicou nesses anos, transpondo de R\$ 0,5 bilhão em 2003, para R\$ 2 bilhões em 2010.

Tavares (2019) afirma ainda que o Plano Nacional de Pós-Graduação (PNPG) possui um sistema rígido que impossibilitou que as assimetrias regionais diminuíssem, fazendo com que o sistema continuasse predominante na região Sudeste. Tais informações nos permitem justificar o aumento no número de teses e dissertações nessa região, como abordaremos no próximo tópico “Região geográfica”.

3.2. REGIÃO GEOGRÁFICA

Após analisarmos a quantidade de publicações por ano, nos deparamos com um dado que revelou a concentração das publicações exclusivamente na região sudeste, assim como o Gráfico 2 nos mostra. Com isso, analisaremos a seguir, a relação de teses e dissertações nesta região, a fim de melhor ilustrar esse quantitativo e os aspectos relativos a esse desequilíbrio regional.



Fonte: Elaboração dos autores (2022).

Dentre os trabalhos selecionados pelo critério de inclusão e exclusão, notamos que 100% (8) das publicações foram encontradas na região sudeste, 62,5% (5) teses e 37,5% (3) dissertações, mais especificamente em Campinas - São Paulo (SP) com 87,5% (7) e Uberaba - MG 12,5% (1), pois de acordo com Garnica (2007), o estado de São Paulo abriga importantes universidades públicas, sendo responsáveis pela maior produtividade científica que acontece no país.

Corroborando com essa fala, Santos et al. (2012), ao investigar a distribuição geográfica, evolução e produção científica no país através da base de dados do o Diretório de Grupos de Pesquisa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), identificou que os Grupos de Pesquisa em Atividade Física e Saúde (GPAFS) tem predominância nas regiões Sul e Sudeste do Brasil e que pode-se deduzir que tal fato seja devido ao elevado número de doutores na região sudeste, se comparado às demais regiões.

A cidade de São Paulo concentra cerca de 20% da produção científica brasileira e subiu para 21ª posição na lista das cidades mais produtoras de conhecimento do mundo na última década, passando a figurar entre as 20 maiores cidades do mundo em produção de ciência segundo o The Royal Society (2011), possuindo maior concentração na região sudeste, sendo também, destaque internacionalmente entre as cidades que mais expuseram desenvolvimento em produção científica.

No caso das instituições de ensino, a concentração espacial está diretamente relacionada à localização dos campi das universidades públicas, principalmente estaduais e federais, por serem responsáveis pela maior parte da produção científica brasileira. Em 2009, apenas 7 universidades localizadas nas regiões sudeste e sul do país eram responsáveis por cerca de 60% dos trabalhos publicados em periódicos internacionais. Destes, quatro campus universitários estão localizados no estado de São Paulo. A USP produziu cerca de um quarto da produção brasileira em 2009, seguida pela UNESP e Unicamp com cerca de 8% (GLÄNZEL et al., 2006; LETA et al., 2006; UNESCO, 2010; FAPESP, 2011).

A respeito da concentração espacial, Barros (2000) acredita que não chega a ser um problema, mas sim, possuir vantagens ao se aglomerarem, visto que quando associadas podem se tornar mais dinâmicas e produtivas. O mesmo autor ainda pontua que essa heterogenia de investimentos que são predominantes nas Regiões Sudeste e Sul, possui como aspecto negativo o fato de a centralização espacial ser de grande intensidade, visto que acentua as desigualdades técnico-científicas no país.

É possível reforçar esse argumento utilizando Fagundes, Cavalcante e Lucchesi (2005 p. 61) que a respeito da ciência e tecnologia (C&T), sugerem que:

[...] as desigualdades interestaduais em C&T no Brasil obedeceriam a um mecanismo de auto-reforço no qual as condições de infra-estrutura influenciam os fluxos de recursos que, por sua vez, se incorporam à própria infra-estrutura, ampliando os diferenciais de competitividade entre os estados no que concerne à captação de novos recursos.

Voltando à Barros (2000), o autor traz que essas discrepâncias regionais existem há muito tempo e, como resultado, muitos sujeitos são a favor de uma política regional mais firme liderada pelo Governo Federal, para que algumas regiões não continuem sendo desagregadas e não fiquem cada vez mais dispersas e atrasadas. Essas políticas têm sido uma importante fonte de atividade tecnológica no país, assim, sem uma distribuição mais justa e equilibrada dos recursos federais, o problema da centralização persistirá indefinidamente.

Santos (2012) afirma que as políticas integradas em ensino, pesquisa e extensão que superem as diferenças regionais e atendam a sociedade nos campos socioeconômico, saúde, educação e esporte devem ser incentivadas. Sendo necessário estimular “[...] políticas de incentivo à formação de mestres e doutores, distribuídos de forma igualitária em todo território nacional a fim de suprir as desigualdades entre as regiões em relação ao financiamento de pesquisas e consequentes produções.” (SANTOS, 2012, p. 262).

Para Barros (2000) a distribuição de recursos realizada pelos esforços políticos por parte dos Estados, com a intenção de diminuir as diferenças regionais devem ir além da garantia de maior investimento público no avanço tecnológico e científico. Barros (2000, p. 19) sugere que é preciso:

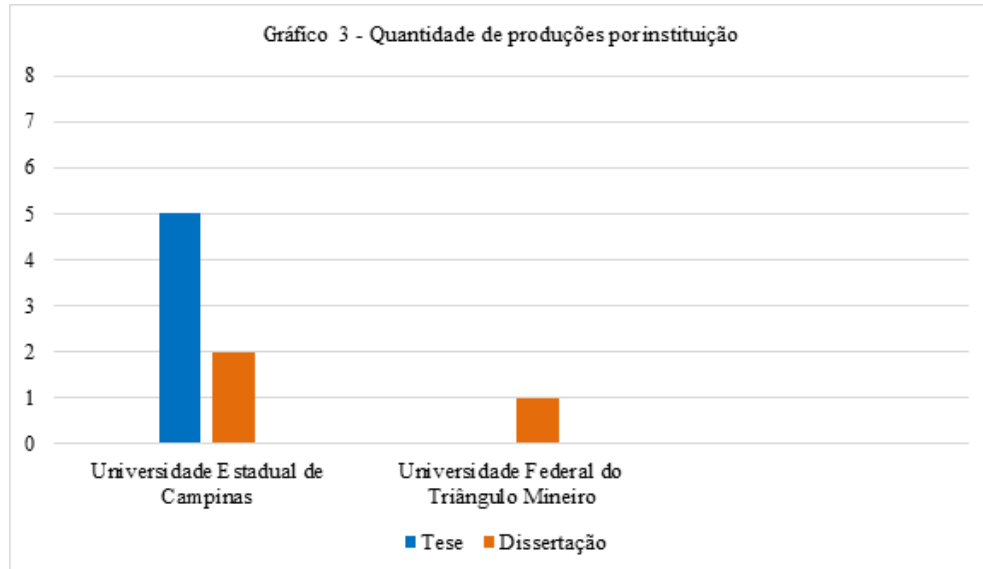
[...] aprimorar continuamente sua intervenção: seja para aperfeiçoar seus instrumentos que induzam o setor privado a um investimento mais significativo em inovação tecnológica nas diferentes regiões, seja para colocar mais em uso sua experiência técnica acumulada, pondo em prática ações mais criativas de articulação com os Estados e municípios, seja para reavaliar sua atual política de descentralização.

Considerando o exposto, ainda que tenhamos conhecimento da concentração da produção acadêmica brasileira na região sudeste e, em especial, no estado de São Paulo, nos chama a atenção desta temática ter ficado circunscrita exclusivamente aos estados de MG e SP. Esse fato nos levou a aprofundar as análises dos trabalhos e buscar compreender a existência de núcleos de estudos sobre este assunto nos locais onde foram identificadas as produções, conforme veremos no tópico a seguir.

3.3. INSTITUIÇÃO E PRINCIPAIS AUTORES/AS

A partir do Gráfico 3, constatou-se a disparidade de publicações na região sudeste, prioritariamente no estado de São Paulo, em que encontramos a Universidade Estadual de Campinas como instituição mais prolífica dos trabalhos selecionados. No que concerne à

discussão referente a quantidade de produções por instituição e os principais autores, serão apresentados no Gráfico 4, informações acerca de sua formação profissional e o vínculo com laboratórios e grupos de pesquisa.



Fonte: Elaboração dos autores (2022).

Analisando o gráfico 3 de quantidade de produções por instituição, encontramos dentre os estudos selecionados que 87,5% (7) são da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) e 12,5% (1) da Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM). Esse dado pode ser justificado devido a UNICAMP ofertar programas de Mestrado e Doutorado em diferentes áreas de concentração, como: Atividade Física Adaptada, Biodinâmica do Movimento e Esporte e Educação Física e Sociedade. Além da Faculdade de Educação Física (FEF) da referida universidade possuir projetos de ensino, pesquisa e extensão que promovem o debate sobre pessoas com deficiência e/ou inclusão e qualidade de vida. Pena, Borgmann e Almeida (2017, p. 67) dissertam sobre os projetos de extensão na UNICAMP:

[...] ao longo dos anos, foram realizadas práticas esportivas atendendo todas as deficiências, visual, física, intelectual e auditiva. Dentre as modalidades praticadas, podem ser citadas o atletismo, natação, lutas, esportes na natureza, futebol. Atualmente é oferecido o handebol em cadeira de rodas, rugby em cadeira de rodas, esgrima em cadeira de rodas, bocha paralímpica e voleibol sentado. Em todas elas, alunos de graduação e pós-graduação em Educação Física participam do planejamento e execução das atividades, além de jogarem junto com os atletas, auxiliando no crescimento das modalidades.

O projeto de ensino e pesquisa sobre qualidade de vida da FEF da UNICAMP tem enquanto título “Grupo de Estudo e Pesquisa da Atividade Física e Qualidade de Vida”, que

estimula a disseminação do conhecimento sobre qualidade de vida para atingir um campo mais amplo e encurtar a distância entre a produção científica e sua aplicação na sociedade. No que refere a laboratórios sobre AFA, a instituição possui 2, denominados “Laboratório de Atividade Física Motora Adaptada” (LAMA) e o “Laboratório de Avaliação Física no Exercício e Esportes Adaptados” (LAFEA).

O LAMA desenvolve práticas de intervenção e investigação em atividades físicas que podem ser aplicadas a pessoas com deficiência, idosos, sedentários, entre outros. Também amplia ações de preparação de material pedagógico, de apoio e colaboração em eventos esportivos, como também atua na organização de pesquisas de iniciativa científica e de pós-graduação. Além disso, ainda conta com o Grupo de Estudo e Pesquisa em Avaliação Motora Adaptada (GEPAMA), que investiga a prática no campo da atividade física objetivando elucidar questões relacionadas aos processos de adaptação e desenvolvimento de pessoas com deficiência.

Já o LAFEA possui o foco em construir conhecimento e desenvolver competências no apoio, avaliação, prescrição e monitorização de programas de exercício e desporto para pessoas com deficiência, integrando ações de ensino, pesquisa e extensão. Sobre a produção de conhecimento e a relação entre ensino e extensão, Assis e Bonifácio (2011, p. 43) pontuam:

[...] a partir da concepção de Universidade, entendida como um espaço de formação em inter-relação com a sociedade, por meio de um projeto que concilia o ensino, a pesquisa e a extensão, pode-se afirmar que produzir e disseminar o conhecimento científico torna-se uma atividade que traduz toda a experiência vivenciada na Universidade, com o compromisso de transmitir o conhecimento para a sociedade.

Portanto, as universidades são lugares de produção de conhecimento e essa característica não deve ser negada. Os saberes produzidos pelo ensino e extensão devem ser colocados sob a ótica dos pesquisadores que, envolvidos com a busca do aprendizado, produzem ciência e desenvolvimento. A universidade enquanto entidade inserida na sociedade, deve ser comprometida na busca do saber (ASSIS; BONIFÁCIO, 2011).

O laboratório LAFEA, se mostra potente em pesquisa na área da AFA, pois não há apenas predomínio de teses e dissertações nessa temática, como podemos observar uma continuidade de estudos em nível de pós-graduação, visto que Lopes (2018), possui graduação, especialização, mestrado e doutorado com o tema de pessoas com deficiência 12,5% (1), seguido de Morgado (2013), que possui especialização, mestrado e doutorado 12,5% (1). Furtado (2015) e Schmitt (2014) possuem graduação, mestrado e doutorado na temática 25%

(2), porém Schmitt (2014) seguiu seu processo de formação em diferentes instituições, sendo a Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM) a sede do seu doutorado. Terminando com Santos (2018) que deu seguimento com o mestrado e doutorado 12,5% (1) na UNICAMP.

Quando analisamos os autores que possuem apenas o mestrado, se enquadra a Machado (2019) 12,5% (1), com apenas o Doutorado o Cantorani (2013) 12,5% (1) e o Bastos (2013) que não possui todas as informações disponíveis 12,5% (1). Com isso, conclui-se que 62,5% (5) dos autores selecionados, realizaram mais de um trabalho com o tema de pessoas com deficiência. Embora os textos sejam pontuais e apenas um trabalho de cada autor tenha se enquadrado nos critérios de inclusão e exclusão utilizados.

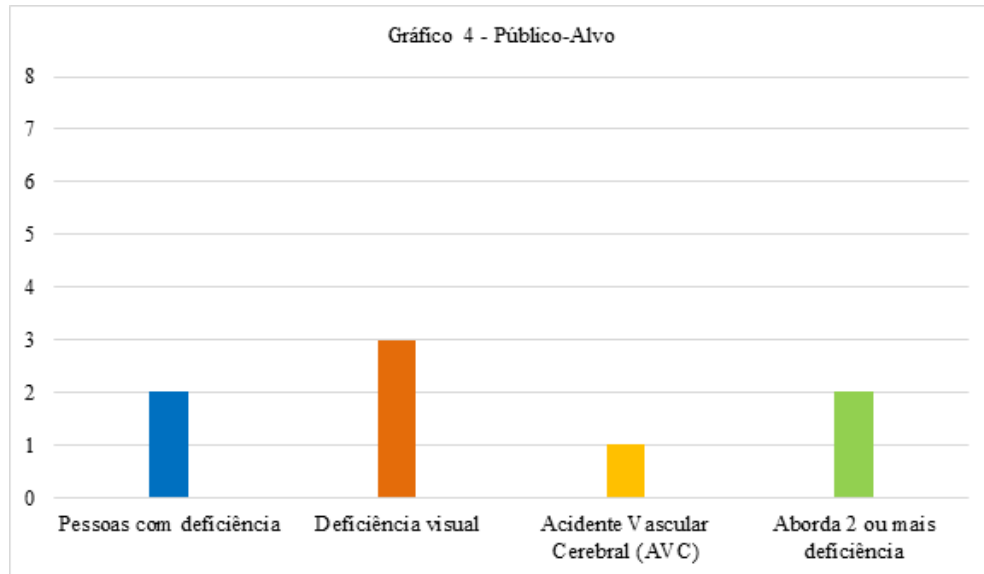
Analisando a trajetória dos autores em sua formação, apenas 37,5% (3) realizaram o mestrado e doutorado na mesma universidade, sendo o predomínio na UNICAMP. Se tratando dos escritores dos trabalhos selecionados nesta pesquisa, 75% (6) dos estudos são do laboratório LAMA, sendo 66,6% (4) estudos orientados pelo professor Gustavo Luís Gutierrez 16,6 (1) estudo orientado pelo Paulo Ferreira de Araújo e 16,6 (1) estudo orientado pelo Edison Duarte. Sobre os outros 2 trabalhos, 50% (1) foi realizado no Laboratório de Imagem Corporal, sendo pertencente à UNICAMP e apenas 50% (1) trabalho do Núcleo do Projeto Rondon, situado na Universidade Federal do Triângulo Mineiro.

Após análise dos dados referente às instituições, laboratórios predominantes, os autores e os orientadores, exploraremos a seguir o gráfico do público-alvo (Gráfico 4).

3.4. O PÚBLICO-ALVO E OBJETIVOS

A partir do gráfico 4, no que compete ao público-alvo, constatamos que 37% (3) dos textos estão voltados para deficiência visual, 25% (2) referem-se a pessoas com deficiência, 25% (2) abordam sobre duas ou mais deficiências, 13% (1) assinalam sobre Acidente Vascular Cerebral (AVC), conforme mostra o gráfico acima. Observamos também que o predomínio é para adultos com 50% (4), sendo apenas 25% (2) trabalhos destinados a crianças, sendo pertencente ao público de deficiência visual e 25% (2) trabalhos sobre o geral¹.

¹ Consideramos como “geral” os trabalhos que não possuem especificação ou que abrangiam todas as faixas etárias.



Fonte: Elaboração dos autores (2022).

Em virtude da lei nº 7.853 de 24 de outubro de 1989, na qual estabelece que as deficiências sejam incluídas no censo demográfico de forma específica, gerando um avanço referente ao mapeamento das deficiências no País. Após essa lei, ocorreu o censo demográfico de 1991 em que existiam nesse ano 1,7 milhões de pessoas com deficiência no país, não sendo catalogadas os tipos de deficiências. Segundo Andrés (2014 p. 3), por mais:

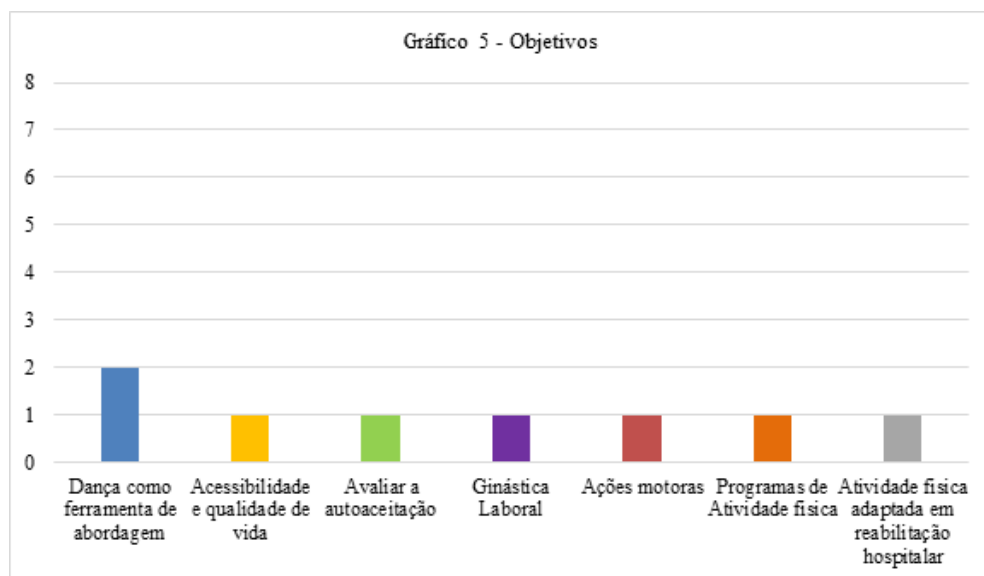
[...] que a Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989 tenha estabelecido a obrigatoriedade da inclusão, nos censos nacionais, de questões específicas sobre as pessoas com deficiência, foi somente a partir da realização do Censo Demográfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) no ano 2000 que, de fato, os pesquisadores e a população em geral vieram a tomar conhecimento de informações precisas sobre este contingente populacional de nosso País.

No censo demográfico de 2000, foi quando as especificidades das deficiências foram categorizadas, 14,5% (24,6 milhões) em deficiências de modo geral, tendo como predominância pessoas com deficiência visual com 16,6 milhões. No ano de 2010 foi realizada a última publicação do censo demográfico até a data desse trabalho, no qual constava 45,6 milhões de pessoas possuíam algum tipo de deficiência. A predominância continua sendo a deficiência visual, com 35,7 milhões.

Prioritariamente nos anos de 2013 a 2015 nos deparamos com o foco do público-alvo nos trabalhos selecionados, voltados ao grupo com deficiência visual, sendo 18,1% (2) no ano

de 2013, 9% (1) em 2014 e 9% (1) 2015. Visto que os anos em questão, correspondem a 27,2% (3) do total dos anos utilizados como delineamento da pesquisa.

No que concerne aos objetivos dos estudos selecionados, observa-se no gráfico 5 que, apesar das palavras-chave utilizadas, os trabalhos são diferenciados, porém se aproximam quanto à tipologia do público atendido, bem mais quanto ao conteúdo, visto que em relação a temática, apenas 25% (2) trabalhos se aproximam e os 75% (6) demais estudos seguem caminhos diferentes. Constatamos também a predominância de trabalhos empíricos e experimentais, contendo nos estudos selecionados, apenas um trabalho teórico.



Fonte: Elaboração dos autores (2022).

Desta forma, sobre os objetivos que tiveram aproximações, cabe citar os estudos de Lopes (2018) e Santos (2018) que utilizaram a dança como forma de analisar as experiências e interações corporais através dessa prática 25% (2).

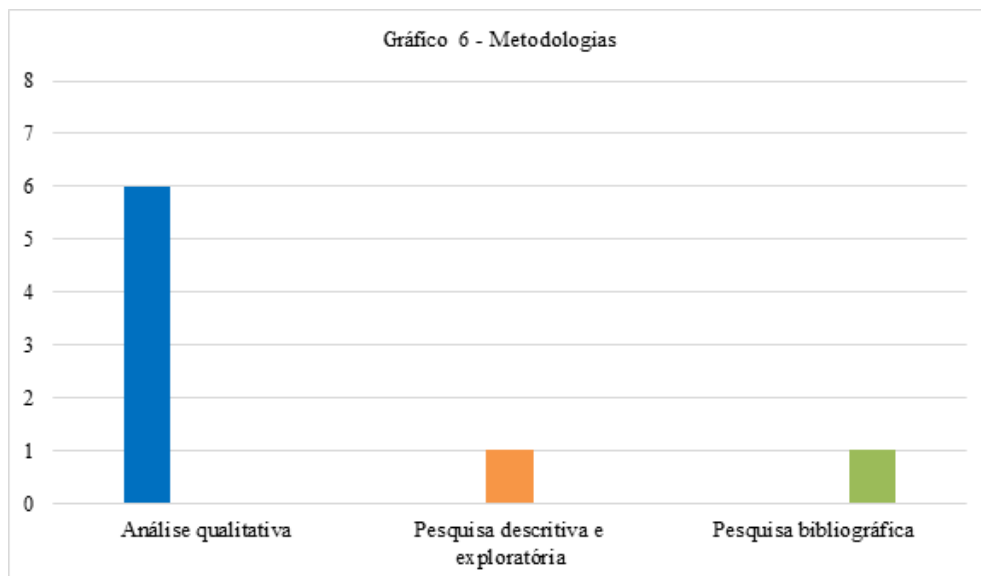
Aos que seguiram outros caminhos, Cantorani (2013) buscou compreender sobre acessibilidade e qualidade de vida nas atividades de aventura por pessoas com deficiência 12,5% (1); Morgado (2013) avaliou a autoaceitação de pessoas com cegueira congênita ou precoce através da criação de uma escala específica para esse fim 12,5% (1); Bastos (2013) utilizou a ginástica laboral no ambiente corporativo como forma de contribuir para que os professores responsáveis tenham conhecimento sobre as deficiências e suas particularidades 12,5% (1); Schmitt (2014) através do brincar e da utilização de estímulos luminosos com crianças de baixa visão e sem deficiência visual, identificou e analisou as ações motoras e a

frequência dessas ações com e sem estímulos visuais 12,5% (1); Furtado (2015) investigou programas de atividades físicas para crianças e adolescentes com deficiência visual 12,5% (1); Machado (2019) propôs um programa de atividades físicas adaptadas para pacientes com AVC que estavam em reabilitação hospitalar 12,5% (1).

Sendo assim, é possível observar que a dança teve predominância de 25% (2), quando utilizada como prática corporal e objeto de estudo, pois a dança oferece oportunidades para que pessoas com deficiência ampliem seus conhecimentos a respeito do movimento e descubram habilidades motoras específicas que podem auxiliar na vida cotidiana, além de seu relacionamento emocional com o movimento (FERREIRA; FERREIRA, 2004). Já nos demais trabalhos, não foi possível realizar aproximações devido a disparidade de objetivos nos estudos.

3.5 EM RELAÇÃO ÀS METODOLOGIAS ENCONTRADAS

Posto a seguir, destacamos as metodologias dispostas nos trabalhos analisados, com o propósito de identificar os métodos de pesquisas mais utilizados, com destaque para a análise qualitativa, como demonstra o gráfico 6. Adiante, apontaremos os processos metodológicos empregados nas pesquisas a fim de tratar e averiguar os dados obtidos, assinalando os objetivos traçados, as amostras escolhidas e seus campos de atuação.



Fonte: Elaboração dos autores (2022).

Relativo à metodologia utilizada, é possível observar a recorrência de alguns métodos utilizados nos trabalhos selecionados, sendo a análise qualitativa com maior predominância dentre os estudos 75% (6), seguido da pesquisa exploratória e descritiva 12,5% (1) e a pesquisa bibliográfica 12,5% (1). De acordo com Gil (2002), as pesquisas documentais qualitativas:

[...] não se dispõe previamente de um modelo teórico de análise, costuma-se verificar um vaivém entre observação, reflexão e interpretação à medida que a análise progride, o que faz com que a ordenação lógica do trabalho torne-se significativamente mais complexa, retardando a redação do relatório. (GIL, 2002, p. 90).

O estudo de Cantorani (2013), utilizou o método de análise qualitativa com delineamento exploratório, onde coletou os dados através de observação e realização de entrevistas em dois locais na cidade de Socorro - São Paulo, sendo eles o Hotel Fazenda Parque dos Sonhos e o Hotel Fazenda Campo dos Sonhos; O delineamento exploratório, segundo GIL (2002, p. 131):

[...] têm o objetivo principal de desenvolver idéias com vista em fornecer hipóteses em condições de serem testadas em estudos posteriores. Muitas das pesquisas designadas como estudos de caso encontram-se neste nível. Seu planejamento reveste-se de muito mais flexibilidade que o dos outros tipos de pesquisa. Deve, no entanto, conduzir a procedimentos relativamente sistemáticos para a obtenção de observações empíricas, bem como para a identificação das relações entre os fenômenos estudados.

Morgado (2013), avaliou a autoaceitação em pessoas com cegueira congênita ou precoce, através da análise do tipo qualitativa e descritiva. O estudo consistiu na criação de uma escala específica para essa finalidade, denominada “Escala de Autoaceitação para pessoas com cegueira congênita ou precoce” (EAC), onde a amostra foi composta por 318 indivíduos das regiões Centro-Oeste, Sudeste e Nordeste, na qual a seleção se dava através de Centros especializados no atendimento de pessoas com deficiência visual, incluindo Instituições de Ensino público e Instituições Filantrópicas, quanto em eventos nos quais o público principal era composto por pessoas com deficiência visual.

Bastos (2013), utilizou a ginástica laboral no ambiente corporativo como forma de contribuir para que os professores responsáveis tenham conhecimento sobre as deficiências e suas particularidades, em que utilizou o Sistema SBU/ UNICAMP além da base Acervus que concentra todo o conteúdo bibliográfico da UNICAMP com livros e teses, bem como a Biblioteca Central e a biblioteca da Faculdade de Educação Física da Unicamp a fim de utilizar a metodologia em duas etapas: 1) análise qualitativa, na fase de lançamento das hipóteses; 2) Pesquisa bibliográfica a fim de fundamentar os dados obtidos. Visto que de acordo com Gil

(2002), a pesquisa bibliográfica acontece por meio de materiais já elaborados, sendo utilizadas como fontes as revistas, livros e artigos científicos, permitindo que o pesquisador alcance mais conhecimentos.

Schmitt (2014), realizou uma investigação do tipo transversal, descritiva e exploratória, utilizando o brincar e estímulos luminosos para identificar e analisar as ações motoras e a frequência dessas ações com e sem estímulos visuais com crianças de baixa visão e sem deficiência visual. Para Sousa et al (2022, p. 170) o estudo transversal: “[...] é o tipo de estudo que o pesquisador não interage com a população amostral”. Participaram 13 crianças divididas em 2 grupos, 6 no grupo com baixa visão e 7 no grupo sem deficiência visual, recrutadas em Instituições de referência no atendimento à criança com baixa visão, sendo elas o Centro Educativo Louis Braille (CELB) - Araxá/MG e Fundação Pró-Luz (FPL) - Uberlândia/MG.

Furtado (2015) realizou uma investigação sobre programas com atividades físicas para crianças e adolescentes com deficiência visual. Para isso, realizou, uma pesquisa qualitativa com o objetivo de explorar o conteúdo de questionários, documentos e entrevistas realizadas com 7 professores de EF adaptada que dirigem o Camp Abilities (CA) um esporte acampamento para crianças e jovens com deficiência visual. A fonte dos dados se deu através dos bancos de dados eletrônicos PubMed, Scopus, Eric e Banco de dados de dissertações e teses da ProQuest sem limite de data.

O estudo de Lopes (2018) foi caracterizado como uma pesquisa qualitativa, em que foram utilizados procedimentos da análise de conteúdo para o diagnóstico do diário de campo e de 3 etapas de entrevistas semiestruturadas, objetivando a coleta de material discursivo com as mães de filhos com deficiência física motora ou intelectual, por meio de perguntas abertas. O grupo 1 foi composto por mães e filhos com deficiência que possuem experiência prática na área da expressão corporal e dança e realizam espetáculos abertos ao público; e o grupo 2 foi composto por mães e filhos com deficiência não praticantes de expressão corporal e dança, ao qual foi proposto um programa de atividades práticas com o movimento corporal e a dança. A pesquisa foi realizada no Centro Cultural de Inclusão e Integração Social (CIS Guanabara/PREAC/UNICAMP) local onde são realizadas as atividades da Cia de Dança Humaniza, composta de bailarinos com e sem deficiência intelectual e físico-motora e suas mães, os quais atuam em espetáculos de dança e performances.

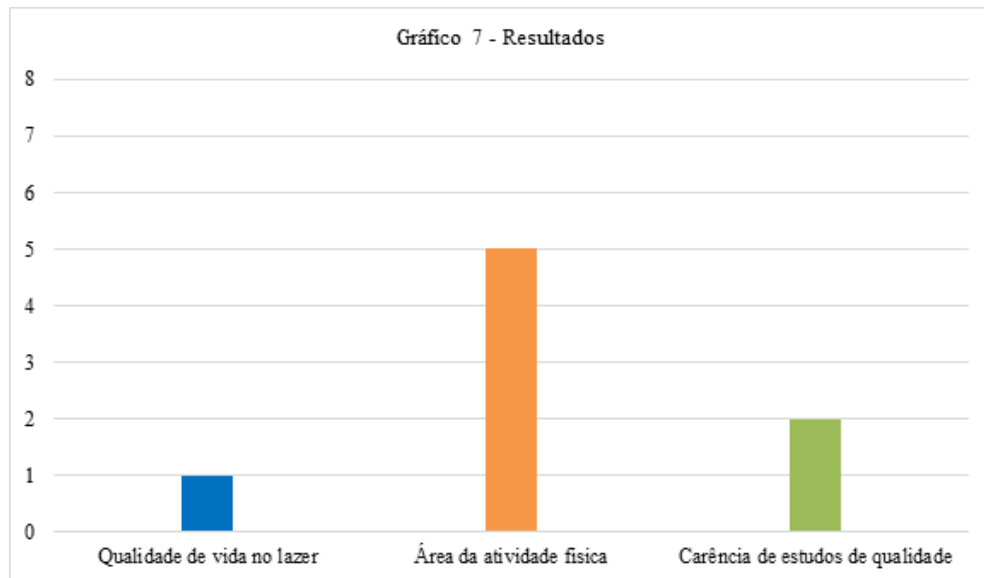
Santos (2018) como método de pesquisa, empregou 3 tipos de técnicas de coleta de dados: 1) A observação participante, descrita por Angrosino (2009 apud SANTOS, 2018, p. 113) “[...] contempla a combinação do papel do pesquisador (participante de algum modo) com

uma técnica real de coleta de dados (observação)”. 2) O questionário, de acordo com Marconi e Lakatos (2008 apud SANTOS, 2018, P. 114) “[...] é um instrumento de coleta de dados composto por várias perguntas ordenadas, que devem ser respondidas por escrito, e sem, necessariamente, a presença do entrevistador.” e 3) A escala de resiliência, indo em consonância com Pesce e colaboradores (2005 apud SANTOS, 2018, p. 114-115) “[...] é usada para medir níveis de adaptação psicossocial positiva diante de eventos de vida importantes.”, para analisar se as experiências adquiridas na prática de dança influenciam os processos de enfrentamento de adversidades e metamorfose. A coleta de dados foi realizada com 47 pessoas com deficiência, 27 pessoas sem deficiência, e 22 pessoas sem deficiência que dançam com pessoas com deficiência, totalizando 96 bailarinos, nas instituições, escolas, ou estúdios de dança que são frequentados pelos sujeitos da pesquisa.

Machado (2019) realizou um estudo em uma rede de hospitais de reabilitação que tem o professor de EF como membro da equipe interdisciplinar utilizando a abordagem qualitativa. A proposta foi constituída com base nos princípios qualitativos da Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde (CIF) por meio de uma visão holística do indivíduo.

3.6 RESULTADOS APRESENTADOS NOS ESTUDOS

No que tange aos resultados analisados nos estudos, constatamos no gráfico 7, que apenas 12,5% (1) estudo é voltado para a qualidade de vida no lazer, sendo que 62,5% (5) estudos são voltados para a área da atividade física, 25% (2) trabalhos relatam carência de estudos de qualidade para embasamento teórico. Constatamos também que 25% (2) estudos expressam que seus trabalhos podem contribuir na capacitação dos profissionais da área, 50% (4) pesquisas abordam sobre ações motora, somente 12,5 (1) trabalho levanta a questão da inclusão das pessoas com deficiência na sociedade e 25% (2) estudos apresentam a dança como mediadora na superação e autoestima.



Fonte: Elaboração dos autores (2022)

Cantorani (2013), ao investigar sobre o lazer nas atividades de aventura na natureza e qualidade de vida para pessoas com deficiência na cidade de Socorro - SP, concluiu que o município obteve um crescimento significativo a partir do seu envolvimento e investimento nas atividades de aventura adaptadas. Os dados mostraram também que é grande o número de pessoas com deficiência que buscam por essas atividades de lazer e que o acesso a esse tipo de atividade resulta em aspectos significativamente positivos para a vida e para a qualidade de vida das pessoas com deficiência.

Morgado (2013), criou uma escala de autoaceitação para pessoas com cegueira congênita ou precoce através da análise do tipo qualitativa e descritiva. Como resultado, a autora concluiu que a EAC é uma medida válida e precisa para avaliar autoaceitação em indivíduos com cegueira congênita ou precoce. Sua utilização pode ser importante para os profissionais de saúde, principalmente os profissionais de EF, no monitoramento do impacto de suas intervenções e no desenho de estratégias que contribuam efetivamente para o desenvolvimento e manutenção de atitudes positivas do sujeito em relação a si mesmo. Conclui dizendo esperar que esta escala contribua para ampliar o conhecimento sobre a autoaceitação de indivíduos que não veem desde idades precoces, de modo a incluir, expressivamente, esse grupo nos estudos da área da imagem corporal.

Bastos (2013), propôs apresentar áreas de estudo que julgam ser necessárias para os profissionais que lidam com a ginástica laboral para pessoas com deficiência em empresas. Portanto, se depararam com dificuldade em aprofundar alguns pontos por falta de materiais para utilizarem como referência, mas esperam que o trabalho colabore com os profissionais de EF.

Schmitt (2014) investigou ações motoras de crianças com baixa visão durante o brincar utilizando cubos com e sem estímulo visual. A autora concluiu que a quantidade de ações motoras não influenciou no brincar, pois as crianças fazem ajustes e adaptações de acordo com suas características orgânicas e interesses. Os resultados sugerem que crianças com baixa visão não apresentam déficit significativo no desempenho motor ao manipular objetos com ou sem estimulação visual. A conclusão é que brincar é uma atividade especial para cada criança. E as operações motoras dessas crianças com baixa visão dependiam de suas habilidades orgânicas, bem como dos estímulos da tarefa e do ambiente.

Furtado (2015) investigou programas com atividades físicas para crianças e adolescentes com deficiência visual. Como conclusão, a maioria dos exercícios estruturados teve um efeito positivo na condição física e nas habilidades motoras dos pacientes com deficiência visual. No entanto, a pesquisa atual sobre a medição da atividade física em crianças e adolescentes com deficiência visual ainda é limitada pela falta de desenhos de estudos de alta qualidade, amostras pequenas, uso de métodos sem medidas de resultados validadas e falta de generalização.

Lopes (2018) apurou a interação corporal entre mães e filhos com deficiência utilizando a dança como mediadora. Como conclusão, a autora observou que o programa de atividades práticas beneficiou as mães e filhos do grupo 2 nos aspectos relacionados à autoestima, interação corporal, relacionamentos interpessoais, coordenação motora, entre outros. Por outro lado, as mães e filhos, do grupo 1 tiveram o papel de grupo modelo e motivacional para a atividade. Por fim, a dança como atividade de cuidado realizada em pequenos grupos de mães e filhos com deficiência oferece interação entre as duplas, momentos de brincadeira, além de promover significativamente a expressão de sentimentos, reflexão, diálogo e inclusão de mães e filhos na sociedade.

Santos (2018) analisou a dança e sua influência no processo de desenvolvimento da resiliência e superação em pessoas com e sem deficiência. Como resultado, foi constatado o efeito da dança como meio de expressão corporal nos processos de enfrentamento dos problemas descritos e de mudança da identidade do bailarino. Concluiu-se que a dança é uma atividade física que traz mais do que benefícios físicos aos participantes, ela gera uma

transformação, e é possível aprender a lidar melhor e a suportar as adversidades, superá-las, envolver-se, criar vínculos afetivos, aprender a se aceitar e aumentar a autoestima e a autoconfiança. A dança trabalha em conjunto para aceitar a diversidade e quebrar alguns paradigmas que lhe foram construídos, ensina diferentes pessoas a viverem juntas, unidas pelo mesmo ideal: o amor pela dança.

Machado (2019) desenvolveu uma proposta de AFA para pacientes com AVC no contexto de reabilitação hospitalar com o objetivo de proporcionar aos indivíduos maior independência através dessa proposta.

4. CONCLUSÃO

Esse estudo se propôs estudar as produções científicas na área da EF nos últimos 11 anos, tendo como objetivo à AFA, em termos de qualidade de vida e saúde mental para pessoas com deficiência. Tínhamos como objetivo geral identificar e mapear as produções científicas na área da pós-graduação em EF a partir do repositório do Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES. Para tanto, realizamos uma pesquisa quali-quantitativa a fim de produzirmos um diálogo entre as produções acadêmicas a partir da revisão de literatura da área, identificando e analisando o perfil dessas publicações.

Para compreensão desses dados, exploramos as compreensões que permeiam as publicações acadêmicas no que concerne a predominância de: ano de publicação, região geográfica, instituição, principais autores/as, objetivos, o público-alvo, as metodologias e resultados apresentados nos estudos.

Para melhor analisarmos os dados encontrados em relação ao ano de publicação, separamos a quantidade de trabalhos encontrados e a quantidade de teses e dissertações por ano. Nesses 8 documentos analisados, encontramos predominância de teses em relação às dissertações. Visto que nos deparamos com 5 teses e 3 dissertações. Encontramos também que as produções não seguiram de forma linear durante os anos, pois ao analisar os anos com maiores quantidades de publicações sobre o tema, identificamos que os anos de 2013 e 2018 obtiveram maior destaque. Porém, apesar de menos publicações, os anos de 2014, 2015 e 2019 também contribuíram academicamente.

É notável que, apesar dos incentivos do governo em programas de pós-graduação, o campo de pesquisa na área da AFA, no que concerne a qualidade de vida e saúde mental, ainda é escasso, seja pelo pouco interesse em estudar essa temática ou pela dificuldade de amostras para realização das pesquisas. Dado o pequeno universo analisado com essa metodologia, não é possível afirmar com certeza que as leis influenciaram as produções e com isso indicamos que mais pesquisas são necessárias para essa afirmação.

Quando analisamos a predominância regional dos estudos selecionados, destaca-se o Sudeste como única detentora das publicações analisadas, dentre o Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES, trazendo a UNICAMP como instituição mais prolífica em teses e dissertações sobre a AFA. Apesar da diversidade de autores encontrados e tipologias estudadas, podemos identificar a deficiência visual como a mais explorada quanto à execução de trabalhos e intervenções. Tal fato pode ser justificado pela instituição citada possuir diversos laboratórios

e grupos de pesquisas que possuem como foco estudos e/ou intervenções utilizando a atividade física como interventora nas pessoas com deficiência. Outrossim, o destaque da região sudeste pode ser fundamentado pela mesma possuir maior incentivo fiscal do governo, quando comparado às demais regiões do país. Apesar de encontrarmos indícios de que a região sudeste é detentora de todas as publicações encontradas, não desconsideramos que em outros veículos de publicações científicas possa haver mais publicações em outras regiões.

Explorando o público-alvo e os objetivos, destacamos que os trabalhos se aproximam quanto à tipologia do público atendido, sendo a deficiência visual com maior enfoque nos trabalhos, visto que em relação aos caminhos, apesar de díspares, observamos que 2 trabalhos empregam a dança como estratégia de intervenção e estudo, trazendo a prática como auxiliadora e promotora de interações e experiências entre as pessoas com e sem deficiência.

Em relação às metodologias utilizadas, observamos que os autores tiveram preferência na abordagem qualitativa em relação a quantitativa, possivelmente por sua característica analítica e de observação, parecendo ser mais coerente pelo conteúdo dos trabalhos.

Analisando os resultados, a atividade física obteve maior destaque, apesar da variedade de vertentes dispostas entre os trabalhos. Dentre os estudos analisados, encontramos como preocupação dos autores que a atividade física praticada pelos indivíduos fosse capaz de gerar independência e autonomia para que pudessem superar as adversidades encontradas no cotidiano. Podemos concluir também que a principal preocupação quanto ao público de deficiência visual, se concentra nos aspectos motores. Em outras fontes de pesquisa, pode haver outra vertente predominante de estudos para esse público específico. Todos os trabalhos, de forma de geral, contribuíram de alguma forma para a ciência, seja na disponibilização de materiais para futuras pesquisas e pesquisadores ou para demonstrar que ainda há lacunas que devem ser preenchidas através de novas pesquisas.

Como resultado, podemos destacar que, de fato, encontramos neste cenário, textos que abordam as contribuições para a qualidade de vida e saúde mental, apesar de não encontrarmos a terminologia em todos os trabalhos, constatamos que a predominância era utilizar a AFA como ferramenta de investigação sobre ações motoras. Sendo assim, consideramos que AFA possui importância na vida das pessoas com deficiência e, com isso, podemos afirmar que cada trabalho contribui de alguma forma quanto aos benefícios, seja no âmbito da saúde física, social ou mental.

Quanto às políticas públicas vinculadas à área da inclusão ou deficiência, conseguimos observar que durante o governo do PT houve o maior investimento em políticas públicas,

marcos legais e programas, a fim de impulsionar a inclusão social e educacional, além dos investimentos em programas de pós-graduação. Em contrapartida, durante o Governo de Jair Bolsonaro, enfrentamos retrocessos, uma vez que o governo reduziu os investimentos em programas de incentivo à inclusão e acessibilidade, demonstrando o desinteresse governamental frente às pessoas com deficiência, visto que cortou investimentos importantes para a autonomia dessas pessoas. Sendo assim podemos fazer ligação desse fato a queda de interesse em realizar estudos e pesquisas nos anos (2020, 2021 e 2022) em que houveram pouca ou nenhuma publicação sobre AFA.

Visto que a experiência vivida pelo LAEFA nos instigou a melhor compreender e a pesquisar sobre os benefícios da AFA na qualidade de vida e na saúde mental das pessoas com deficiência, sentimos falta de estudos mais experimentais que analisem as vivências como o laboratório pôde nos proporcionar. Com isso, em nossa percepção, vale como sugestão que novos estudos de caráter mais experimentais sejam produzidos, com foco na interpretação dos benefícios sobre como essas práticas são percebidas e a contribuição que trazem nas suas respectivas qualidades de vida, pois quem vivência tem propriedade para dizer o que sente, tornando possível observar as reais potenciais e limitações desses trabalhos.

Sendo assim, concluimos que esta pesquisa colabora para entendermos sobre os benefícios da AFA na qualidade de vida e saúde mental, sendo capaz de ajudar na reestruturação de atividades desenvolvidas na sociedade, porém, ressaltamos a necessidade de mais pesquisas na área para que se amplie a compreensão sobre o objeto.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, E. C. E. **O Portal de Periódicos da Capes: estudo sobre a sua evolução e utilização.** 2006. Dissertação (Mestrado em Centro de Desenvolvimento Sustentável) - Universidade de Brasília, Brasília, 2006. Disponível em: https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/2542/1/2006_Elenara%20Chaves%20Edler%20de%20Almeida.pdf. Acesso em: 14 jan. 2023.
- ANDRÉS, A. Pessoas com deficiência nos censos populacionais e educação inclusiva. **Brasília: Consultoria Legislativa – Câmara dos Deputados**, 2014.
- ANGROSINO, M. **Etnografia e observação participante.** Porto Alegre: Artmed, 2009.
- ASSIS, R.; BONIFÁCIO, N. A Formação docente na universidade: ensino, pesquisa e extensão. **Educação e Fronteiras On-Line**, Dourados/MS, v. 1, n. 3, p. 36-50, set./dez. 2011.
- BARDIN, L. **Análise de conteúdo.** 70. ed. Lisboa: Persona, 1979.
- BARROS, F. A. F. de. Os desequilíbrios regionais da produção técnico-científica. **Perspectiva**, São Paulo, v. 14, n. 3, p. 12-19, jul./set. 2000.
- BASTOS, R. L. **Qualidade de vida para pessoas com deficiência: contribuição para uma abordagem de ginástica laboral.** 2013. Dissertação (Mestrado em Educação Física) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2013.
- BONFAT, D. L. **Formação Inicial de Professores de Educação Física na Perspectiva Inclusiva: Uma Análise Comparativa sobre Brasil e Portugal.** 2022, Dissertação (Mestrado em Educação Física) - Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2022.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Declaração Mundial sobre Educação para Todos.** Brasília, 1990.
- _____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva.** Brasília, 2008. p. 19.
- _____. Ministério Público Federal. **O acesso de alunos com deficiência às escolas e classes comuns da rede regular de ensino.** Fundação Procurador Pedro Jorge de Melo e Silva (Orgs). 2. ed. ver. e atualiz. Brasília: Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão, 2004.
- _____. Decreto Lei nº 3298\99 20 de dezembro de 1999. Regulamenta a Lei no 7.853, de 24 de outubro de 1989, **dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, consolida as normas de proteção, e dá outras providências.** Diário Oficial da União.
- _____. Decreto nº 6.949, de 25 de agosto 2009. **Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York**, em 30 de março de 2007.
- _____. Decreto nº 7.612, de 17 de novembro de 2011. **Institui o Plano Nacional dos Direitos**

da Pessoa com Deficiência - Plano Viver sem Limite. Diário Oficial da União. 17 Nov 2011.

_____. **Programa educação inclusiva: direito à diversidade.** Documento Norteador. Brasília, MEC, 2005.

_____. **Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência.** Protocolo Facultativo à Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência. Brasília, Set 2007.

BRITO, A. P. G.; OLIVEIRA, G. S.; SILVA, B. A. A importância da pesquisa bibliográfica. **Cadernos da Fucamp**, Minas Gerais, v. 20, n. 44, p. 1-15, abril, 2021.

CANTORANI, J. R. H. **Lazer nas atividades de aventura na natureza e qualidade de vida para pessoas com deficiência:** um estudo a partir do caso da cidade de Socorro. 2013. Tese (Doutorado em Educação Física) – Faculdade de Educação Física. Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2013. Disponível em:

<https://periodicos.ufmg.br/index.php/licere/article/view/634>. Acesso em: 13 jan. 2023

COSTA, A. M. BITTAR, A. F. Metodologia aplicada ao deficiente físico. In **Curso de Capacitação de Professores Multiplicadores em Educação Física Adaptada** Brasília: MEC; SEEP, 2004. p. 83-100.

COSTA, J. R. C.; BORGES, M. L. Abordagens das políticas públicas para a inclusão das pessoas com deficiência no Brasil. **Revista Científica Disruptiva**, v. 1, n. 3, p. 26-40, 2019. Disponível em: <http://revista.cers.com.br/ojs/index.php/revista/article/view/51>. Acesso em: 14 jan. 2023.

COSTA, B. Educação básica: avanços e retrocessos. **DF: Senado Federal**, p. 1-9, out. 2007. Disponível em: https://ptnosenado.org.br/wp/wpcontent/uploads/2017/10/educacao_basica_artigo_argumento.pdf. Acesso em: 14 jan. 2023.

DE SOUSA, I. K. F. et al. Compreendendo a Ansiedade Em Estudantes Universitários Da Area de Enfermagem de uma Faculdade no Sertão de Pernambuco. **Revista Multidisciplinar do Sertão**, Pernambuco, v. 4, n. 2, p. 168-177, abr. – jun. 2022.

PENA, L. G. S.; BORGMANN, T.; DE ALMEIDA, J. J. G. A Extensão Universitária Em Modalidades Paradesportivas Auxiliando Na Formação Do Profissional De Educação Física: O Caso Da Universidade Estadual De Campinas. **Revista Da Associação Brasileira De Atividade Motora Adaptada**, São Paulo, v. 18, n. 1, jan. /jun. 2017.

FAGUNDES, M. E. M.; CAVALCANTE, L. R. M. T.; ROMACCIOTTI, R. L. **Distribuição regional dos fluxos de recursos federais para ciência e tecnologia.** 21. ed. Brasília: Brasília CGEE, dez. 2005.

FAPESP. **Análise da produção científica a partir de publicações em periódicos especializados.** In: Indicadores de ciência, tecnologia e inovação em São Paulo 2010. São Paulo: FAPESP, 2011, v.1, cap. 4.

FERREIRA, E. L.; FERREIRA, M. B. R. A possibilidade do movimento corporal na dança

em cadeira de rodas. **Revista Brasileira de Ciência e Movimento**, Brasília, v. 12, n. 4, p. 13-17, dez. 2004.

FERREIRA, L. R.; CHAVES, V. L. J. A Pós-Graduação no Brasil: interfaces entre o financiamento e a expansão. *In: Anais*. Forum da Gestão do Ensino Superior nos países e regiões de língua Portuguesa, Forges, Coimbra, Portugal. Nov. 2015.

FERREIRA, R. S. **Novas tecnologias e seus impactos na qualidade de vida de pessoas com deficiência**. 2015. Dissertação (Mestrado em Educação Física) – Faculdade de Educação Física. Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2015.

Furtado, O. L. P. C. **Intervenções de atividade física para crianças e jovens com deficiência visual**. 2015. Tese (doutorado em Educação Física) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2015.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

GARNICA, L. A. G. **Transferência de tecnologia e gestão da propriedade intelectual em universidades públicas no estado de São Paulo**. 2007. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) - Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2007.

GLÄNZEL, W.; LETA, J.; THUIS, B. **Science in Brazil. Part 1: A macro-level comparative study**. Belgium: Scientometrics, v. 67, n. 1, p. 767-86, apr. 2006.

GUIMARÃES, A. C.; Pascoal, R. C. A.; Carvalho, I. Z. de; & Adão, K. do S. A inserção social através de práticas de educação física como medidas interventivas para pacientes psicóticos e neuróticos graves do CAPS de São João del-Rei. **Pesquisas e Práticas Psicossociais**, Minas Gerais, jul. /dez. 2012.

HÜFNER, K. UNESCO - United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization. In A Concise Encyclopedia of the United Nations; Brill: **Leiden**, The Netherlands, 2010; p. 715–718.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo Demográfico de 1991. **Características gerais da população, religião e pessoas com deficiência**. Rio de Janeiro: IBGE, 1991. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=293715>. Acesso em: 15 dez. 2022.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo Demográfico de 2000. **Características gerais da população, religião e pessoas com deficiência**. Rio de Janeiro: IBGE, 2000. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/administracao-publica-e-participacao-politica/9663-censo-demografico-2000.html?=&t=destaques>. Acesso em: 15 dez. 2022.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo Demográfico de 2010. **Características gerais da população, religião e pessoas com deficiência**. Rio de Janeiro: IBGE, 2010. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/administracao-publica-e-participacao-politica/9662-censo-demografico-2010.html?edicao=9749&t=destaques>. Acesso em: 15 dez. 2022.

LABRONICI, R. H. D. D. et al. Esporte como fator de integração do deficiente físico na sociedade. **Arquivos Neuro-Psiquiatria**. São Paulo, v. 58, n. 4, p. 1092-1099, dez. 2000.

LACERDA, B. B. **O estatuto da pessoa com deficiência e seus impactos na capacidade civil e no direito assistencial brasileiro**. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharel em Direito) - Centro Universitário Toledo, Araçatuba, p. 71. Set. 2018.

LETA, J.; Glänzel, W.; THIJS, B. **Science in Brazil. Part 2: Sectoral and institutional research profiles**. Belgium: Scientometrics, v. 67, n. 1, p. 87-105, apr. 2006.

LOPES, K. F. **A intervenção corporal entre mães e filhos com deficiência: a dança como mediadora**. 2018. Tese (Doutorado em Educação Física) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2018.

MACHADO, W. F. **Proposta de atividade física adaptada para pacientes com AVC no contexto de reabilitação hospitalar**. 2019. Dissertação (Mestrado em Educação Física) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2019.

MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. **Técnicas de pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisa, elaboração, análise e interpretação de dados**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

MARTINS, D. L.; RABELO, R. J. Influência da atividade física adaptada na qualidade de vida de deficientes físicos. **Revista Movimentum**, Minas Gerais, v. 3, n. 2, p. 1-11, Ago. /Dez. 2008. Disponível em: <http://www.luzimarteixeira.com.br/wp-content/uploads/2010/05/ativ-fis-e-quali-vida-na-def-fisica.pdf>. Data de acesso: 14 jan. 2023

MATSUDO, S. M.; MATSUDO, V. K. R.; NETO, T. L. B. Efeitos benéficos da atividade física na aptidão física e saúde mental durante o processo de envelhecimento. **Revista Brasileira de Atividade Física & Saúde**, v. 5, n. 2, p. 60-76, out. 2000. Disponível em: <https://www.rbafs.org.br/RBAFS/article/view/1004/1158>. Acesso em: 14 jan. 2023.

MORGADO, F. F. R. **Escala de Autoaceitação para pessoas com cegueira congênita ou precoce: desenvolvimento e investigação psicométrica**. 2013. Tese (Doutorado em Educação Física). Faculdade de Educação Física. Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2013.

NOCE, F.; SIMIM, M. A. M.; MELLO, M. T. de. A percepção de qualidade de vida de pessoas portadoras de deficiência física pode ser influenciada pela prática de atividade física? **Revista Brasileira de Medicina do Esporte**, Minas Gerais, v. 15, p. 174-178, Mai. /Jun. 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbme/a/tvJkfY3Fg6hNDzVxwMg6SzH/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 14 jan. 2023.

OLIVEIRA, E. N. et al. Benefícios da atividade física para saúde mental. **Saúde Coletiva**, São Paulo, v. 8, n. 50, p. 126-130, mar. /nov. 2011. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=84217984006>. Acesso em: 14 jan. 2023.

PESCE, R. P. et al. Adaptação transcultural, confiabilidade e validade da escala de resiliência. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 2, p. 436-448, mar/abr. 2005. Disponível em:

https://www.scielo.org/article/ssm/content/raw/?resource_ssm_path=/media/assets/csp/v21n2/10.pdf. Acesso em: 14 jan. 2023.

RS – ROYAL SOCIETY. **Knowledge, networks and nations: global scientific collaboration in the 21st century**. London: The RS, 2011.

SAMULSKI, D.M.; NOCE, F, A importância da Atividade Física para saúde e qualidade de vida: um estudo entre professores, alunos e funcionários da UFMG, **Revista Brasileira Atividade Física e Saúde**, Santa Catarina, v. 5, n. 1, p. 5-21. Out. 2000. Disponível em: <https://rbafs.emnuvens.com.br/RBAFS/article/view/992>. Acesso em: 14 jan. 2023.

SANTOS, A. R. dos. **Metodologia científica: a construção do conhecimento**. 2. ed. Rio de Janeiro: DP&A editora, 1998.

SANTOS, A. et al. Distribuição, evolução e produção científica dos grupos de pesquisa em atividade física e saúde do Brasil. **Revista Brasileira de Atividade Física & Saúde**, Rio Grande do Sul, v. 17, n. 4, p. 258-262, ago. 2012. Disponível em: <https://rbafs.emnuvens.com.br/RBAFS/article/view/1874>. Acesso em: 14 jan. 2023.

SASSAKI, R. K. **Inclusão: construindo uma sociedade para todos**. 7. ed. Rio de Janeiro: WVA, 2006.

SCHMITT, B. D. **Ações motoras de crianças com baixa visão durante o brincar: cubos com e sem estímulo visual**. 2014. Dissertação (Mestrado em Educação Física) – Universidade Federal do Triângulo Mineiro, Uberaba, 2014. Disponível em: <http://200.131.62.27/bitstream/tede/193/5/Dissert%20Beatriz%20D%20Schmitt.pdf>. Acesso em: 13 jan. 2023.

SERON, B. B. et al. Prática de atividade física habitual entre adolescentes com deficiência visual. **Revista Brasileira de Educação Física e Esporte**, São Paulo, v. 26, p. 231-239, abr./jun. 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbef/a/J3y6MGCzfW8DjjGrt7xd6qh/?format=html&lang=pt>. Acesso em: 14/01/2023.

Silva, S. A. P. dos S. (1996). A pesquisa qualitativa em educação física. **Revista Paulista De Educação Física**, 10(1), 87-98. São Paulo, v. 10 n. 1 p. 87-98, jan. /Jun. 1996. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/rpef/article/view/138481>. Acesso em: 14 jan. 2023.

SILVA, A. M. **Metodologia da Pesquisa**. 2. ed. Revisada. Fortaleza–Ceará: Ed. UECE, p. 109, 2015.

SPRATT, C.; WALKER, R.; ROBINSON, B. **Mixed research methods. Practitioner Research and Evaluation Skills Training in Open and Distance Learning**. Commonwealth of Learning, 2004.

TAVARES, F. F. **Análise da instrumentação da ação pública na pós-graduação Stricto Sensu por meio dos planos nacionais de Pós-Graduação**. Dissertação (mestrado em Desenvolvimento, Sociedade e Cooperação Internacional) - Universidade de Brasília, Brasília, 2019. Disponível em: https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/35194/1/2019_FelipeFormigaTavares.pdf. Acesso em: 14 jan. 2023.

Declaração de Salamanca: **Sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais**. Espanha, jun. 1994.

VEIT, A.; ROSA, L. R. Educação física e a intervenção na saúde mental. **Revista Caderno Pedagógico**, Rio Grande do Sul, v. 12, n. 1, p. 301-311, 2015. Disponível em: <http://www.univates.com.br/revistas/index.php/cadped/article/view/953>. Acesso em: 14 jan. 2023.

WELLICHAN, D. D. S. P.; SANTOS, M. G. F. dos. Atividade física adaptada para a pessoa com deficiência: o crossfit adaptado para um grupo com cadeirantes e amputado. **Temas em Educação e Saúde**, Araraquara, v. 15, n. 1, p. 146–158, jan. /jun. 2019. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/tes/article/view/12700/8361>. Acesso em: 14 jan. 2023.

ZUCHETTO, Â. T. CASTRO, R. L. V. G. As contribuições das atividades físicas para a qualidade de vida dos deficientes físicos. **Kinesis**, Santa Maria, n. 26, p. 52-166, maio, 2002. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/kinesis/article/view/8010/4793>. Acesso em: 14 jan. 2023.